



Anais da Assembléia

Nº 145

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1996**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk,
Secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cato Quintana, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielsen, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondí Pugliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chap, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni, Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Deputado declara aberta a

SESSÃO

○ SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

○ SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE.

Mensagens:

MENSAGEM Nº 078/96

Curitiba, 08 de outubro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei adotando, com base no artigo nº 155, inciso II, Parágrafos 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, normas referentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e dando outras providências.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 87, de 13.09.96, há necessidade da mesma ser regulamentada a nível estadual através de lei ordinária, uma vez que a atual Lei Orgânica do ICMS, nº 8.933, de 26.01.89, está fundamentada no convênio ICM 66/88, que foi editado com base no parágrafo 8º do artigo nº 34, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O anteprojeto de lei em apreço objetiva evitar questionamentos judiciais quanto à constitucionalidade da Lei nº 8.933/89, em face da Lei Complementar nº 87/96, e contemplar um tratamento administrativo-tributário mais moderno, ressaltando-se os seguintes pontos:

- mantém a não incidência do ICMS sobre prestações de serviços de comunicação prestados gratuitamente pelo rádio e pela televisão;

- desoneração integral das exportações, com manutenção dos créditos anteriores;

- crédito integral das aquisições de energia elétrica, de bens de capital e de uso e consumo;

- por falta de previsão do fato gerador na Lei Complementar nº 87/96, deixa de exigir o diferencial de alíquotas na aquisição em operação interestadual, por contribuinte, de bens para uso consumo ou ativo fixo;

- mantém os benefícios fiscais relativo às microempresas na forma estatuída pela Lei Complementar nº 58, de 16.07.91;

- deixa de prever a exclusão da base de cálculo do ICMS dos acréscimos financeiros nas vendas a prazo em face da estabilização econômica do País,

- aumenta a alíquota de 17% para 25% em relação a operações com artigos de pirotecnia (fogos de artifício) e artigos para jogos de salão;

- aumenta a alíquota de 7% para 12% em relação ao tijolo, telha, tubo e manilha que na sua fabricação tenha sido utilizado argila ou barro como matéria-prima, como forma de preservar os estabelecimentos paranaenses de concorrência interestadual (quando a previsão legal é de alíquota, o crédito da operação anterior é mantido integralmente, assim, nas aquisições de outros Estados, com alíquota de 12%, o ICMS é totalmente apropriado enquanto que em se concedendo redução da base de cálculo nas operações internas de tal forma que a carga tributária fique em 7%, deve ser estornado o ICMS pago a maior em outro Estado, o que estimula as compras de tais produtos no mercado interno);

- mantém a cesta básica paranaense com carga tributária de 7%, nos termos da Lei nº 9.870, de 20.12.91;

- reduz a alíquota de 25% para 17% em relação a filmes cinematográficos e aparelhos fotográficos e cinematográficos, desestimulando assim que tais produtos sejam integralmente trazidos do Paraguai, conforme solicitação da Associação Comercial;

- fixa em 7% a alíquota para produtos de informática e automação, estimulando assim a instalação de indústria deste setor no Estado;

- estabelece que restituição do ICMS indevidamente pago far-se-á com atualização monetária desde a data do pagamento indevido até a data do despacho concessório, evitando assim discussões judiciais em que o Estado reiteradamente vem sendo vencido;

- reduz o percentual das multas moratórias e estabelece que em relação ao ICMS declarado o mesmo possa ser pago, até o 30º dia após o vencimento, com multa reduzida de 0,4% ao dia, conforme compromisso assumido pelo Poder Executivo junto à Assembléia Legislativa do Estado;

- aperfeiçoa a graduação das demais multas, reduzindo-as quando não existe sonegação do imposto, e aumenta o valor das multas formais que encontravam-se muito defasados;

- moderniza o procedimento administrativo fiscal;

- reduz a multa moratória do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, de 20% para 15%, sendo que até o 30º dia após o vencimento, a multa fica reduzida para 0,4% ao dia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ANÍBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei n. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996.

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 2º O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território paranaense, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à industrialização ou à comercialização pelo destinatário adquirente aqui localizado, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto a este Estado.

§ 2º A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação ou prestação que o constitua.

CAPÍTULO II DAS IMUNIDADES, NÃO-INCIDÊNCIAS E BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea g da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea g da Constituição Federal.

Art. 4º O imposto não incide sobre:

I - operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

III - operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

V - operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;

VI - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;

VII - operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;

IX - operações de qualquer natureza decorrentes da transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I - empresa comercial exportadora, inclusive *tradings* ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

CAPÍTULO III DO FATO GERADOR

Art. 5º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

II - do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento;

III - da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, na unidade federada do transmitente;

IV - da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente;

V - do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza;

VI - do ato final do transporte iniciado no exterior;

VII - das prestações onerosas de serviços de comunicação, feitas por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

VIII - do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

b) compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável;

IX - do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior;

X - do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior;

XI - da aquisição em licitação pública de bens ou mercadorias importados do exterior apreendidos ou abandonados.

XII - da entrada no território do Estado de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, oriundos de outra unidade federada, quando não destinados à industrialização ou comercialização,

XIII - da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outra unidade federada e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente, alcançada pela incidência do imposto.

§ 1º Quando a operação ou prestação for realizada mediante o pagamento de ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador no fornecimento desses instrumentos ao adquirente ou usuário.

§ 2º Na hipótese do inciso IX, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário.

§ 3º Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.

§ 4º Poderá ser exigido o pagamento antecipado do imposto, observado o disposto no art. 13, nos casos de venda ambulante quando da entrada de mercadoria no Estado para revenda sem destinatário certo.

CAPÍTULO IV DOS ELEMENTOS QUANTIFICADORES

SEÇÃO I DA BASE DE CÁLCULO

Art. 6º A base de cálculo do imposto é

I - nas saídas de mercadorias previstas nos incisos I, III e IV do art. 5º, o valor da operação.

II - na hipótese do inciso II do art. 5º, o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV - no fornecimento de que trata o inciso VIII do art. 5º:

a) o valor da operação, na hipótese da alínea a;

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea b;

V - na hipótese do inciso IX do art. 5º, a soma das seguintes parcelas:

a) valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 7º;

b) imposto de importação;

c) imposto sobre produtos industrializados;

d) imposto sobre operações de câmbio;

e) quaisquer despesas aduaneiras;

VI - na hipótese do inciso X do art. 5º, o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;

VII - na hipótese do inciso XI do art. 5º, o valor da operação acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

VIII - na hipótese do inciso XII do art. 5º, o valor da operação de que decorrer a entrada;

IX - na hipótese do inciso XIII do art. 5º, o valor da prestação na unidade federada de origem.

§ 1º Integra a base de cálculo do imposto

I - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II - o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição, assim entendidos os que estiverem subordinados a eventos futuros e incertos;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

§ 2º Não integra a base de cálculo do imposto o montante:

I - do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos;

II - correspondente aos juros, multa e atualização monetária recebidos pelo contribuinte, a título de mora, por inadimplência de seu cliente, desde que calculados sobre o valor de saída da mercadoria ou serviço, e auferidos após a ocorrência do fato gerador do tributo.

§ 3º No caso do inciso IX, o imposto a pagar será o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sobre o valor ali previsto

§ 4º Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outra unidade federada, pertencente ao mesmo titular a base de cálculo do imposto é

I - o valor correspondente a entrada mais recente da mercadoria.

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento.

III - tratando-se de mercadorias não industrializadas, o preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente

§ 5º Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

§ 6º Nas vendas para entrega futura o valor contratado será atualizado a partir da data de vencimento da obrigação até a da efetiva saída da mercadoria.

§ 7º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior ao contribuinte que nas operações internas debitar e pagar o imposto em guia especial por ocasião do faturamento.

Art. 7º O preço de importação expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, ou a que seria utilizada para tanto, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação da taxa de câmbio até o pagamento efetivo do preço.

Parágrafo único. O valor fixado pela autoridade aduaneira para fins de base de cálculo do imposto de importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o preço declarado.

Art. 8º Na falta dos valores a que se referem os incisos I e VIII do art. 6º, a base de cálculo do imposto é:

I - o preço corrente da mercadoria, ou de sua similar, no mercado atacadista do local da operação ou, na sua falta, no mercado atacadista regional, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia;

II - o preço FOB estabelecimento industrial à vista, caso o remetente seja industrial;

III - o preço FOB estabelecimento comercial à vista, na venda a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante.

§ 1º Para aplicação dos incisos II e III deste artigo, adotar-se-á sucessivamente:

I - o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente;

II - caso o remetente não tenha efetuado venda de mercadoria, o preço corrente da mercadoria ou de sua similar no mercado atacadista do local da operação ou, na falta deste, no mercado atacadista regional.

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, se o estabelecimento remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou industriais ou, em qualquer caso, se não houver mercadoria similar, a base de cálculo será equivalente a setenta e cinco por cento do preço de venda corrente no varejo.

Art. 9º Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço no local da prestação.

Art. 10. Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considerar-se-ão interdependentes duas empresas quando:

I - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de cinquenta por cento do capital da outra;

II - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor, ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação;

III - uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.

Art. 11. A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

I - em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído;

II - em relação às operações ou prestações subseqüentes, obtida pelo somatório das parcelas seguintes:

a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário;

b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço;

c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço fixado.

§ 2º Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, a base de cálculo será este preço, na forma estabelecida em acordo, protocolo ou convênio.

§ 3º A margem a que se refere a alínea c do inciso II deste artigo será estabelecida com base nos seguintes critérios:

I - levantamentos, ainda que por amostragem, dos preços usualmente praticados pelo substituído final no mercado considerado;

II - informações e outros elementos, quando necessários, obtidos junto a entidades representativas dos respectivos setores;

III - adoção da média ponderada dos preços coletados.

§ 4º O imposto a ser pago por substituição tributária, na hipótese do inciso II deste artigo, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista no art. 14 desta Lei sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.

Art. 12. Poderá a Fazenda Pública:

I - mediante ato normativo, manter atualizada, para efeitos de observância pelo contribuinte, como base de cálculo, na falta do valor da prestação de serviços ou da operação de que decorrer a saída de mercadoria, tabela de preços correntes no mercado de serviços e atacadista das diversas regiões fiscais;

II - em ação fiscal, estimar ou arbitrar a base de cálculo:

a) sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados pelo contribuinte, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado;

b) sempre que inoocorrer a exibição ao fisco dos elementos necessários à comprovação do valor da operação ou da prestação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

c) quando houver fundamentada suspeita de que os documentos fiscais ou contábeis não refletem o valor da operação ou da prestação;

d) quando ocorrer transporte ou armazenamento de mercadoria sem os documentos fiscais exigíveis.

III - estimar ou arbitrar base de cálculo em lançamento de ofício, abrangendo:

a) estabelecimentos varejistas;

b) vendedores ambulantes sem conexão com estabelecimento fixo ou pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio.

Parágrafo único. Havendo discordância em relação ao valor estimado ou arbitrado, nos termos do inciso II, caberá avaliação contraditória administrativa, observado o disposto no art. 56, ou judicial.

Art. 13. Na hipótese do pagamento antecipado a que se refere o § 4º do art. 5º, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou da prestação, acrescido de percentual de margem de lucro fixado para os casos de substituição tributária, ou na falta deste o de 30% (trinta por cento).

SEÇÃO II DA ALÍQUOTA

Art. 14. As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

I - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

a) álcool anidro e hidratado para fins combustíveis;

b) armas e munições, suas partes e acessórios classificados no Capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;

c) artigos de pirotecnia classificados na subposição 3604.10 da NBM/SH;

d) artigos para jogos de salão, classificados na posição 9504 da NBM/SH (exceto os do código 9504.90.0400);

e) asas-delta, balões e dirigíveis classificados nos códigos 8801.10.0200 e 8801.90.0100 da NBM/SH;

f) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;

g) embarcações de esporte e de recreio classificadas na posição 8903 da NBM/SH;

h) energia elétrica;

i) fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;

j) gasolina;

l) peleteria e suas obras e peleteria artificial classificadas no Capítulo 43 da NBM/SH;

m) perfumes e cosméticos classificados nas posições 3303, 3304, 3305 e 3307 da NBM/SH;

n) prestações de serviços de telefonia;

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

- a) animais vivos.
- b) calcário e gesso.
- c) farinha de trigo.
- d) máquinas e aparelhos industriais (exceto peças e partes), classificados nas posições 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515 da NBM/SH.
- e) massas alimentícias classificadas na posição 1902 da NBM/SH, desde que não consumidas no próprio local.
- f) óleo diesel.
- g) os seguintes produtos avícolas e agropecuários, desde que em estado natural:
 - 1 abobora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alcachofra, alecrim, alface, alfavaca, alfavazema, algodão em caroço, almeirão, alpiste, amendoim, aneto, anis, araruta, arroz, arruda, aspargo, aveia, azedim;
 - 2 batata, batata-doce, beringela, bertalha, beterraba, beterraba de açúcar, brocolis, brotos de feijão, brotos de samambaia, brotos de bambu;
 - 3 cacateira, cambuquira, camomila, cana-de-açúcar, cara, cardo, carnes e miúdos comestíveis frescos, resfriados ou congelados, de bovinos, suínos, caprinos, ovinos, coelhos e aves, casulos do bicho-da-seda, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, centeio, cevada, chá em folhas, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, colza, cominho, couve, couve-flor;
 - 4 endívia, erva-cidreira, erva-de-santa maria, erva-doce, erva-mate, ervilha, escarola, espinafre;
 - 5 feijão, folhas usadas na alimentação humana, frutas frescas, fumo em folha, funcho;
 - 6 gengibre, gergelim, girassol, gobo, grão-de-bico;
 - 7 hortelã;
 - 8 inhame;
 - 9 jiló;
 - 10 leite, lenha, lentilha, losna;
 - 11 macaxeira, madeira em toras, mamona, mandioca, manjeriço, manjerona, maxixe, milho em espiga e em grão, morango, mostarda;
 - 12 nabo e nabica;
 - 13 ovos de aves;
 - 14 palmito, peixes frescos, resfriados ou congelados, pepino, pimentão, pimenta;
 - 15 quiabo;
 - 16 rabanete, raiz-forte, rami em broto, repolho, repolho-chinês, rúcula, ruibarbo;
 - 17 salsão, salsa, segurelha, sorgo;
 - 18 taioba, tampala, tomate, tomilho, tremoço, trigo;
 - 19 vagem;
- h) produtos classificados na posição 1905 da NBM/SH;
- i) refeições industriais classificadas no código 2106.90.0500 da NBM/SH e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes;
- j) sementes, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;
- l) serviços de transporte;
- m) tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado argila ou barro como matéria-prima;
- n) tratores, microtratores, máquinas e implementos agropecuários e agrícolas (em todos excetuadas peças e partes) classificados nos códigos, posições ou subposições 8701.10.0100, 8701.90.0100, 8701.90.0200, 8201, 8424.81, 8432, 8433, 8436 e 8437 da NBM/SH;

o) veículos automotores novos, classificados nos códigos				
8701.20.0200,	8701.20.9900,	8702.10.0100,	8702.10.0200,	8702.10.9900,
8702.90.0000,	8703.21.9900,	8703.22.0101,	8703.22.0199,	8703.22.0201,
8703.22.0299,	8703.22.0400,	8703.22.0501,	8703.22.0599,	8703.22.9900,
8703.23.0101,	8703.23.0199,	8703.23.0201,	8703.23.0299,	8703.23.0301,
8703.23.0399,	8703.23.0401,	8703.23.0499,	8703.23.0500,	8703.23.0700,
8703.23.1001,	8703.23.1002,	8703.23.1099,	8703.23.9900,	8703.24.0101,
8703.24.0199,	8703.24.0201,	8703.24.0299,	8703.24.0300,	8703.24.0500,
8703.24.0801,	8703.24.0899,	8703.24.9900,	8703.32.0400,	8703.32.0600,
8703.33.0200,	8703.33.0400,	8703.33.0600,	8703.33.9900,	8704.21.0100,
8704.21.0200,	8704.22.0100,	8704.23.0100,	8704.31.0100,	8704.31.0200,

8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200 e na posição 8711, da NBM/SH, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, observado o disposto no § 2º deste artigo;

III - alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com:

a) fonte de alimentação chaveada para microcomputador classificada no código 8504.40.9999 da NBM/SH;

b) gabinete classificado no código 8473.30.0100 da NBM/SH;

c) produtos de informática e automação produzidos por estabelecimentos industriais que atendam às disposições do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, desde que relacionados em portaria conjunta dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Fazenda, baixada por força do art. 6º do Decreto Federal nº 792, de 2 de abril de 1993, e isentos do imposto sobre produtos industrializados;

IV - alíquota de 17% para demais serviços, bens e mercadorias.

§ 1º Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste Estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - da prestação de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste Estado;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada desde que não contribuinte do imposto.

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea o do inciso II deste artigo, independe da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

I - em relação aos veículos classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200 da NBM/SH,

II - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador,

III - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 3º A aplicação da alíquota prevista na alínea c do inciso III deste artigo, dependerá da indicação, no documento fiscal correspondente à operação, dos dispositivos da legislação federal pertinente

Art. 15. As alíquotas para operações e prestações interestaduais são

I - 12% (doze por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias e serviços a contribuintes estabelecidos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo;

II - 7% (sete por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal, e nos demais Estados não relacionados no inciso anterior

CAPÍTULO V DA SUJEIÇÃO PASSIVA

SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 16. Contribuinte do imposto é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade:

I - importe mercadorias do exterior, ainda que as destine a consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento;

II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - adquira em licitação bens ou mercadorias importados do exterior apreendidos ou abandonados;

IV - adquira petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, ou energia elétrica, oriundos de outra unidade federada, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.

Art. 17. Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento do mesmo contribuinte.

§ 1º Equipara-se a estabelecimento autônomo, o veículo ou qualquer outro meio de transporte utilizado no comércio ambulante, na captura de pescado ou na prestação de serviços.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, depósito fechado do contribuinte é o local destinado exclusivamente ao armazenamento de suas mercadorias no qual não se realizam vendas.

SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL OU SUBSTITUTO

Art. 18. São responsáveis pelo pagamento do imposto:

I - o transportador, em relação à mercadoria:

a) que despachar, redespachar ou transportar sem a documentação fiscal regulamentar ou com documentação fiscal inidônea;

b) transportada de outra unidade federada para entrega sem destinatário certo ou para venda ambulante neste Estado;

c) que entregar a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal;

d) transportada que for negociada com interrupção de trânsito no território paranaense.

II - o armazém geral e o depositário a qualquer título

a) pela saída real ou simbólica de mercadoria depositada neste Estado por contribuinte de outra unidade federada;

b) pela manutenção em depósito de mercadoria com documentação fiscal irregular ou inidônea;

c) pela manutenção em depósito de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal;

III - o alienante de mercadoria, pela operação subsequente, quando não comprovada a condição de contribuinte do adquirente;

IV - o contribuinte ou depositário a qualquer título, na qualidade de substituto tributário, em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subsequentes - inclusive quanto ao

valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte do imposto, localizado neste Estado - na forma a ser regulamentada em Decreto do Poder Executivo, em relação a:

- a) animais vivos e produtos do reino animal, compreendidos na Seção I da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - NBM/SH;
- b) produtos do reino vegetal compreendidos na Seção II da NBM/SH;
- c) gorduras e óleos animais ou vegetais, produtos da sua dissociação, gorduras alimentares elaboradas e ceras de origem animal ou vegetal, compreendidos na Seção III da NBM/SH;
- d) produtos das indústrias alimentares, bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados, compreendidos na Seção IV da NBM/SH;
- e) produtos minerais compreendidos na Seção V da NBM/SH;
- f) produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas, compreendidos na Seção VI da NBM/SH;
- g) plásticos e suas obras e borracha e suas obras, compreendidos na Seção VII da NBM/SH;
- h) peles, couros, peleteria (peles com pêlo) e obras destas matérias, artigos de correeiro ou de seleiro, artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes e obras de tripa, compreendidos na Seção VIII da NBM/SH;
- i) madeira, carvão vegetal e obras de madeira, cortiça e suas obras e obras de espartaria ou de cestaria, compreendidos na Seção IX da NBM/SH;
- j) pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas) e papel e suas obras, compreendidos na Seção X da NBM/SH;
- l) matérias têxteis e suas obras, compreendidas na Seção XI da NBM/SH;
- m) obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes, produtos cerâmicos e vidro e suas obras, compreendidos na Seção XIII da NBM/SH;
- n) pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras, bijuterias e moedas, compreendidos na Seção XIV da NBM/SH;
- o) metais comuns e suas obras, compreendidos na Seção XV da NBM/SH;
- p) máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes, aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios, compreendidos na Seção XVI da NBM/SH;
- q) material de transporte compreendido na Seção XVII da NBM/SH;
- r) instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão, instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos, aparelhos de relojoaria, instrumentos musicais, suas partes e acessórios, compreendidos na Seção XVIII da NBM/SH;
- s) armas e munições, suas partes e acessórios, compreendidos na Seção XIX da NBM/SH;
- t) mercadorias e produtos diversos compreendidos na Seção XX da NBM/SH;
- u) serviços de transporte e de comunicação;

V - o contribuinte, em relação à mercadoria cuja fase de diferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VI - o contribuinte que promover saída isenta ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou suspensão, em relação ao ICMS suspenso ou diferido concernente à aquisição ou recebimento, sem direito a crédito;

VII - qualquer pessoa, em relação à mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento fiscal inidôneo;

VIII - o leiloeiro, síndico, comissário ou liquidante, em relação às operações de conta alheia;

IX - a pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos arts. 131 a 138 do Código Tributário Nacional;

X - o contratante de serviço ou terceiro que participe de prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação.

§ 1º A adoção do regime de substituição tributária será efetivada através de decreto do Poder Executivo, sendo que em relação às operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelas unidades federadas interessadas.

§ 2º A responsabilidade a que se refere o inciso IV fica também atribuída:

I - ao contribuinte que realizar operação interestadual destinada ao Paraná com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subseqüentes realizadas neste Estado;

II - às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais com energia elétrica destinadas ao Estado do Paraná, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final.

§ 3º Nas operações interestaduais com as mercadorias de que trata o parágrafo anterior, que tenham como destinatário adquirente consumidor final localizado no Estado do Paraná, o imposto incidente na operação será devido a este Estado e será pago pelo remetente.

§ 4º O Poder Executivo, na hipótese do inciso IV deste artigo, pode determinar:

I - a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária;

II - em relação a contribuinte substituto que descumprir as obrigações estabelecidas na legislação, a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária ou o pagamento do imposto na saída da mercadoria do estabelecimento remetente, cujo transporte devesse ser acompanhado de via do documento de arrecadação.

III - a atribuição da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao destinatário da mercadoria, em substituição ao remetente, quando este não for, ou deixar de ser, eleito substituto tributário.

§ 5º O responsável sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

§ 6º Respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

§ 7º Para os efeitos desta lei, entende-se por diferimento a substituição tributária em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações antecedentes.

Art. 19. Sairão com suspensão do imposto:

I - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada neste Estado;

II - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento de cooperativa de produtores, para estabelecimento neste Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte.

§ 1º O imposto devido pelas saídas mencionadas nos incisos I e II será recolhido quando da saída subseqüente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento do imposto, salvo determinação em contrário da legislação.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder suspensão do

pagamento do imposto em operações ou prestações internas e de importações, bem como, na forma prevista em convênios celebrados com as demais unidades federadas, em outras operações e prestações.

Art. 20. Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:

- I - da entrada ou recebimento da mercadoria ou do serviço;
- II - da saída subsequente por ele promovida, ainda que isenta ou não tributada, salvo determinação em contrário da legislação;
- III - ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto.

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Art. 21. São solidariamente responsáveis em relação ao imposto:

- I - o despachante que tenham promovido o despacho ou redespacho de mercadorias sem a documentação fiscal exigível;
- II - o entreposto aduaneiro ou industrial que promovam, sem a documentação fiscal exigível:
 - a) saída de mercadoria para o exterior;
 - b) saída de mercadoria estrangeira depositada no entreposto com destino ao mercado interno;
 - c) reintrodução de mercadoria.
- III - a pessoa que promova importação, exportação ou reintrodução de mercadoria ou bem no mercado interno, assim como o despachante aduaneiro, representante, mandatário ou gestor de negócios com atuação vinculada a tais operações.

Parágrafo único. A responsabilidade prevista neste artigo é extensiva ao imposto devido por prestação de serviços vinculados a circulação de mercadoria ou bem

CAPÍTULO VI DO LOCAL DA OPERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO

Art. 22. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

- I - tratando-se de bem ou mercadoria:
 - a) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;
 - b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação fiscal inidônea;
 - c) o do estabelecimento que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado;
 - d) o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física ou o do domicílio do adquirente quando não estabelecido, no caso de importação do exterior;
 - e) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior apreendidos ou abandonados;
 - f) onde estiver localizado no território paranaense o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis dele derivados, desde que não destinados à industrialização ou à comercialização;
 - g) o território deste Estado em relação às operações com ouro aqui extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial ou na operação em que perdeu tal condição;
 - h) onde ocorrer, no território paranaense, o desembarque do produto da

captura de peixes, crustáceos e moluscos;

i) o território deste Estado, em relação às operações realizadas em sua plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva;

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde se encontre o veículo transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação fiscal inidônea;

b) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 5º e para os efeitos do § 3º do art. 6º;

c) onde tenha início a prestação, nos demais casos;

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação e recepção;

b) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 5º e para os efeitos do § 3º do art. 6º;

c) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

IV - tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior, o do estabelecimento ou domicílio do destinatário.

§ 1º O disposto na alínea c do inciso I não se aplica às mercadorias recebidas em regime de depósito de contribuinte de unidade federada que não a do depositário

§ 2º Para os efeitos da alínea g do inciso I, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deve ter sua origem identificada.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

§ 4º Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

§ 5º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, em operação interna, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

§ 6º O disposto na alínea a do inciso II deste artigo não se aplica quando o valor da prestação estiver incluído no valor da carga transportada, mediante declaração expressa no documento fiscal correspondente.

§ 7º Quando o fato gerador realizar-se em decorrência do pagamento de ficha, cartão ou assemelhados, o local da operação ou da prestação será o do estabelecimento que fornecer esses instrumentos ao adquirente ou usuário.

CAPÍTULO VII DO REGIME DE COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO

SEÇÃO I DAS MODALIDADES

Art. 23. O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este Estado ou por outra unidade federada, apurado por um dos seguintes critérios:

I - por período;

II - por mercadoria ou serviço à vista de cada operação ou prestação;

III - por estimativa para um determinado período estabelecido na

legislação, em função do porte ou da atividade do estabelecimento.

§ 1º O mês será o período considerado para efeito de apuração e lançamento do ICMS, na hipótese do inciso I deste artigo.

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, observar-se-á o seguinte:

I - o imposto será pago em parcelas periódicas, assegurado ao contribuinte o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório;

II - ao final do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte, que pagará a diferença apurada, se positiva; caso contrário, a diferença será compensada com o pagamento referente ao período ou períodos imediatamente seguintes;

III - o estabelecimento que apurar o imposto por estimativa não fica dispensado do cumprimento de obrigações acessórias.

§ 3º A forma de compensação do imposto, nos casos de pagamento desvinculado da conta gráfica, será estabelecida através de decreto do Poder Executivo

Art. 24 Para a compensação a que se refere o artigo anterior, e assegurado ao contribuinte o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 1º O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

§ 2º O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.

§ 3º Na hipótese do art. 11 far-se-á a complementação ou a restituição das quantias pagas com insuficiência ou excesso, respectivamente.

§ 4º Além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no anterior, os créditos resultantes de operações de que decorra entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente serão objeto de controle na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo, para aplicação do disposto no art. 29, §§ 5º, 6º e 7º.

§ 5º Operações tributadas, posteriores às saídas de que trata o art. 27, incisos II e III, dão ao estabelecimento que as praticar direito a creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas sempre que a saída isenta ou não tributada seja relativa a produtos agropecuários.

Art. 25. O montante do ICMS a recolher, por estabelecimento, resultará da diferença positiva, no período considerado, do confronto débito-crédito.

§ 1º O saldo credor é transferível para o período ou períodos seguintes.

§ 2º No total do débito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas a:

- I - saídas e prestações;
- II - outros débitos;
- III - estornos de créditos.

§ 3º No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas a:

- I - entradas e prestações;
- II - outros créditos;
- III - estornos de débitos;
- IV - eventual saldo credor do período anterior.

§ 4º Nas situações em que o sistema de registro de saídas não identificar as mercadorias, a forma de apuração obedecerá ao critério estabelecido pela Fazenda Pública

§ 5º Em regime especial, a Fazenda Pública poderá autorizar a empresa a efetuar a apuração centralizada do imposto devido em operações ou prestações realizadas por todos os seus estabelecimentos localizados neste Estado.

§ 6º Na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo, os saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II e o parágrafo único do art. 4º podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I - imputados pelo contribuinte a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - havendo saldo remanescente, transferido pelo contribuinte a outros contribuintes deste Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

§ 7º Nos demais casos de saldos credores acumulados, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo, permitir-se-á que:

I - sejam imputados pelo contribuinte a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - sejam transferidos a outros contribuintes deste Estado.

Art. 26. O ICMS relativo ao período considerado será demonstrado mensalmente em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em convênios.

§ 1º O pagamento do ICMS por cálculo do sujeito passivo extingue o crédito sob condição resolutória da homologação.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante convênio celebrado na forma de lei complementar, facultar a opção pelo abatimento de uma percentagem fixa em substituição ao imposto efetivamente cobrado nas operações anteriores.

SEÇÃO II DA VEDAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 27. É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo a mercadoria ou bem entrados no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I - decorrentes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a bens, mercadorias, ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;

II - para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior;

III - para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não forem tributadas ou estiverem isentas do imposto, exceto as destinadas ao exterior;

IV - quando o contribuinte tenha optado pela dedução a que se refere o § 2º do art. 26;

V - em relação a documento fiscal rasurado, perdido, extraviado ou desaparecido, ressalvada a comprovação da efetividade da operação ou prestação por outros meios previstos na legislação;

VI - na hipótese de o documento fiscal correspondente indicar estabelecimento destinatário diverso do recebedor da mercadoria ou usuário do serviço.

§ 1º Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

§ 2º Quando o ICMS destacado em documento fiscal for maior do que o exigível na forma da lei, o aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto.

Art. 28. O crédito lançado irregularmente fica sujeito a glosa em ação administrativo-fiscal.

SEÇÃO III DO ESTORNO DO CRÉDITO

Art. 29. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria ou bem entrados no estabelecimento.

I - for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou bem ou da utilização do serviço;

II - for integrado ou consumido em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto;

III - vier a ser utilizado em fim alheio à atividade do estabelecimento;

IV - for objeto de operação ou prestação subsequente com redução de base de cálculo, hipótese em que o estorno será proporcional à redução;

V - vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

§ 1º Devem ser também estornados os créditos:

I - utilizados em desacordo com a legislação;

II - referentes a bens do ativo permanente alienados antes de decorrido o prazo de cinco anos contado da data da sua aquisição, hipótese em que o estorno será de vinte por cento por ano ou fração que faltar para completar o quinquênio.

§ 2º Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.

§ 3º O não creditamento ou o estorno a que se referem os incisos II e III do art. 27 e os incisos I, II, III e V deste artigo, não impedem a utilização dos mesmos créditos em operações posteriores, sujeitas ao imposto, com a mesma mercadoria.

§ 4º Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo permanente forem utilizados para produção ou comercialização de mercadorias cuja saída resulte em operações isentas ou não tributadas ou para prestação de serviços isentos ou não tributados, haverá estorno dos créditos escriturados conforme dispõe o § 4º do art. 24.

§ 5º Em cada período, o montante do estorno previsto no parágrafo anterior será o que se obtiver multiplicando-se o respectivo crédito pelo fator igual a um sessenta avos da relação entre a soma das saídas e prestações isentas e não tributadas, exceto as destinadas ao exterior, e o total das saídas e prestações no mesmo período.

§ 6º O quociente de um sessenta avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, *pro rata* dia, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês.

§ 7º O montante que resultar da aplicação dos §§ 4º, 5º e 6º deste artigo será lançado no livro próprio como estorno de crédito.

§ 8º Ao fim do quinto ano contado da data do lançamento a que se refere o § 4º do art. 24, o saldo remanescente do crédito será cancelado de modo a não mais ocasionar estornos.

§ 9º O crédito a estornar, nas hipóteses indicadas neste artigo, quando não conhecido o valor exato, é o valor correspondente ao custo da matéria-prima, material secundário e de acondicionamento empregados na mercadoria produzida ou será calculado mediante a aplicação da alíquota interna, vigente na data do estorno, sobre o preço de aquisição mais recente para cada tipo de mercadoria, observado, no caso do inciso V, o percentual de redução.

CAPÍTULO VIII DA RESTITUIÇÃO

Art. 30. As quantias indevidamente recolhidas ao Estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, cuja decisão poderá ser delegada, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1º O terceiro que faça prova de haver suportado o encargo financeiro do ICMS sub-roga-se no direito a devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2º O contribuinte ou responsável, expressamente autorizado pelo

terceiro, a quem o encargo relativo ao ICMS tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3º A restituição poderá ser processada mediante autorização de crédito do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado, nos livros e documentos fiscais, o número do respectivo protocolo.

§ 4º Decorridos 6 (seis) meses contados do mês da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser devolvida ou cientificado o contribuinte do indeferimento, poderá o interessado escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 31.

§ 5º Nas hipóteses do parágrafo anterior e do parágrafo único do art. 31, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte ou responsável, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

Art. 31. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

Parágrafo único. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, observado o disposto no § 5º do artigo 30.

Art. 32. A restituição total ou parcial do ICMS dá lugar à devolução de penalidade tributária, juros de mora e correção monetária pagos, atualizados a partir da data do pagamento indevido até a data do despacho concessório.

§ 1º A restituição não abrange as multas de natureza formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

§ 2º Nas hipóteses do § 4º do art. 30 e do parágrafo único do art. 31, o contribuinte atualizará o valor a ser creditado desde a data do pagamento indevido até a data do lançamento no livro fiscal, tendo o despacho concessório efeito meramente homologatório, vedada a utilização da diferença relativa à correção monetária existente entre as datas da apropriação do crédito e do despacho concessório.

CAPÍTULO IX DO CADASTRO

Art. 33. Os contribuintes deverão inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS

§ 1º Para os efeitos desta Lei, será considerado autônomo cada estabelecimento de um mesmo contribuinte

§ 2º A inscrição deve ser solicitada, antes do início das atividades, na repartição fazendária estadual do domicílio tributário do estabelecimento

§ 3º O contribuinte receberá um número cadastral básico, que o identificará em todas as relações com os órgãos da Secretaria da Fazenda e constará obrigatoriamente em seus documentos fiscais

§ 4º A paralisação temporária ou o reinício de atividades, bem como as demais alterações que ocorrerem nos dados cadastrais do contribuinte, devem ser por este comunicadas a repartição fazendária na data da ocorrência do fato

§ 5º Ocorrendo o encerramento das atividades do estabelecimento, o contribuinte deverá solicitar a exclusão da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a entrega da documentação fiscal.

§ 6º A inscrição cancelada nos termos do § 7º do art. 55 poderá ser reativada desde que o contribuinte tenha regularizado a sua situação.

§ 7º O Poder Executivo poderá dispensar a inscrição, bem como denegar a concessão de mais de uma, para o mesmo ramo de atividade no mesmo local

Art. 34. Compete ao Poder Executivo expedir decreto estabelecendo as

regras para inscrição, alteração, paralisação temporária, exclusão e cancelamento *ex officio*, bem como os modelos dos respectivos documentos.

§ 1º O cadastro deverá conter os seguintes elementos:

I - número de inscrição no CAD-ICMS;

II - número de inscrição no CGC;

III - razão social;

IV - endereço completo;

V - identificação de proprietários, sócios e responsáveis;

VI - código de atividade econômica, definido pela Secretaria da Fazenda;

VII - outros que a legislação determinar.

§ 2º Para os efeitos deste artigo e em relação à alteração ou à paralisação temporária, poderá a Fazenda Estadual exigir garantias dos créditos pendentes.

CAPÍTULO X DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 35. O crédito tributário extingue-se pelo pagamento, podendo, ainda, ser extinto pelas demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem capituladas em cada caso por ato do Poder Executivo.

§ 1º Os créditos tributários poderão, mediante autorização do Governador do Estado, ser liquidados.

I - por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual.

II - por dação em pagamento, de bens livres de quaisquer ônus

§ 2º A liquidação dar-se-a nas condições e garantias a serem estipuladas em cada caso

§ 3º O pagamento em repartição fazendária sera efetuado em moeda nacional ou cheque administrativo

§ 4º Quando o valor do crédito tributário for constituído de imposto e acréscimos, o pagamento de parte do valor total, ainda que atribuído pelo contribuinte a uma so dessas rubricas, sera imputado proporcionalmente a todas elas, ressalvado o disposto no inciso XV do art 56

SEÇÃO II DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

Art. 36. Por ocasião da ocorrência do fato gerador, a Fazenda Pública poderá exigir o pagamento do credito tributario correspondente

§ 1º O Poder Executivo podera

I - ampliar o prazo mencionado neste artigo até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que atualizado monetariamente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o período de apuração do imposto.

II - antecipar ou postergar o pagamento, nos casos de substituição tributária.

§ 2º Os prazos serão continuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 3º Os prazos referidos nesta Lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato.

§ 4º Para atender projetos de desenvolvimento industrial ou atividades

de interesse do Estado, de preservação ambiental e proteção à natureza, ou ainda visando evitar prejuízos à economia paranaense, o Governador do Estado, *ad referendum* da Assembléia Legislativa poderá autorizar que o pagamento do imposto ocorra em data posterior ao prazo fixado no inciso I do § 1º deste artigo, desde que sujeito à atualização monetária plena.

SEÇÃO III DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 37. Na falta de pagamento na data devida, o valor do crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será atualizado monetariamente, exceto quando garantido pelo depósito, na forma da lei, do seu montante integral.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, utilizar-se-á a variação do valor da Unidade Fiscal de Referência ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do imposto

§ 2º Adotada a atualização monetária, é permitida a aplicação *pro rata* do índice.

§ 3º Visando a uniformização do cálculo da atualização monetária do crédito tributário, a Fazenda poderá optar pelo índice fixado pela União na cobrança dos impostos federais

§ 4º A Secretaria da Fazenda divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização

§ 5º Quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado

§ 6º Nos casos de parcelamento, a atualização monetária será calculada até a data da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir desta, até a data do efetivo pagamento de cada parcela

§ 7º Quando o pagamento da atualização monetária ou dos juros for a menor, a insuficiência será atualizada a partir do dia em que ocorreu aquele pagamento.

§ 8º Para determinação do valor do imposto a ser exigido em auto de infração, os valores originais deverão ser atualizados, nos termos definidos nesta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto, e desta até a do efetivo pagamento.

SEÇÃO IV DOS JUROS DE MORA

Art. 38. O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1º O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2º Em nenhuma hipótese, os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.

§ 3º Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4º No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5º Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a

data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:

I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;

II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 6º A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput* deste artigo.

SEÇÃO V DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 39. Os que procurarem espontaneamente a repartição fazendária para denunciar a infração, terão excluída a imposição de penalidade.

§ 1º Ocorre a denúncia espontânea quando não tenha sido iniciado formalmente, em relação à infração, qualquer procedimento administrativo ou outra medida de fiscalização.

§ 2º Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo monetariamente atualizado e acrescido dos juros de mora devidos

SEÇÃO VI DA REDUÇÃO DAS MULTAS

Art. 40. A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55, será reduzida do 1º ao 30º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso.

Parágrafo único. As demais multas previstas no § 1º do art. 55 desta Lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) quando pagas, no prazo da reclamação, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

SEÇÃO VII DO PARCELAMENTO

Art. 41. Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS poderão ser pagos em até sessenta parcelas, conforme critério fixado pela Secretaria da Fazenda.

§ 1º O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 3º Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo anterior, fica excluído o benefício de ordem.

CAPÍTULO XI DOS REGIMES ESPECIAIS

Art. 42. Em casos peculiares e objetivando facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessória poder-se-á adotar regime especial.

Parágrafo único. Caracteriza-se regime especial, para os efeitos deste artigo, qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção do crédito

tributário, de escrituração ou de emissão de documentos fiscais.

Art. 43. Os regimes especiais serão concedidos:

I - através de celebração de acordo;

II - com base no que se dispuser em decreto do Poder Executivo quando a situação peculiar abranger vários contribuintes ou responsáveis.

§ 1º Quando o regime especial compreender contribuinte do imposto sobre produtos industrializados, o pedido será encaminhado, desde que favorável a sua concessão, à Secretaria da Receita Federal.

§ 2º Fica proibida qualquer concessão de regime especial fora das hipóteses indicadas neste artigo.

§ 3º O regime especial é revogável, a qualquer tempo, podendo, nos casos de acordo, ser denunciado isoladamente ou por ambas as partes.

§ 4º Os acordos celebrados na forma do inciso I deste artigo deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

Art. 44. Incumbe as autoridades fiscais, atendendo as conveniências da administração fazendária, propor a autoridade competente, a reformulação ou revogação dos regimes especiais acordados.

CAPÍTULO XII

DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Art. 45. Constitui obrigação acessória qualquer situação que, na forma da legislação tributária do ICMS, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

§ 1º Incumbe ao Poder Executivo implementar as normas fixadas em convênio ou ajuste, celebrados entre a União, os Estados e o Distrito Federal, relativas ao Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF).

§ 2º O registro das operações de cada estabelecimento será feito através de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos, forma e prazos de escrituração serão estabelecidos em decreto do Poder Executivo.

§ 3º Constituem instrumentos auxiliares de fiscalização os documentos, livros e demais elementos de contabilidade em geral dos contribuintes ou responsáveis do ICMS.

§ 4º Os elementos necessários à informação e apuração do tributo serão declarados na forma e prazo estabelecidos em decreto do Poder Executivo.

§ 5º Sem prévia autorização do fisco, os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, salvo a permanência destes em escritório especializado de contabilidade mediante comunicação à repartição fiscal de seu domicílio tributário.

Art. 46. As pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, responsáveis, na forma da legislação, estão obrigadas ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias, estabelecidas através de decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO XIII

DO CONTROLE E DA ORIENTAÇÃO FISCAL

SEÇÃO I

DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 47. A fiscalização e orientação fiscal relativa ao ICMS compete à Secretaria da Fazenda.

§ 1º Os Agentes Fiscais incumbidos de realizar tarefas de fiscalização devem identificar-se através de documento de identidade funcional, expedido pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º A autoridade fiscal poderá requisitar o auxílio de força policial

quando vítima de embarço ou desacato no exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

§ 3º É obrigatória a parada em postos de fiscalização, fixos ou volantes, da Secretaria da Fazenda de:

- I - veículos de carga em qualquer caso;
- II - quaisquer outros veículos quando transportando bens ou mercadorias.

Art. 48. As pessoas físicas ou jurídicas contribuintes, responsáveis ou intermediários de negócios, sujeitos ao ICMS, não poderão escusar-se de exibir à fiscalização os livros e documentos de sua escrituração.

§ 1º Ao Agente Fiscal não poderá ser negado o direito de examinar estabelecimentos, depósitos e dependências, cofres, arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, veículos e demais meios de transporte, mercadorias, livros, documentos, correspondências e outros efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes e responsáveis definidos nesta Lei.

§ 2º No caso de recusa a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos, livros e arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, lavrando termo desse procedimento do qual deixará cópia ao recusante, solicitando de imediato à autoridade administrativa a que estiver subordinado, providências para que se faça a exibição judicial.

§ 3º Nos casos de perda ou extravio de livros e demais documentos fiscais, poderá a autoridade fiscal intimar o contribuinte a comprovar o montante das operações e prestações escrituradas ou que deveriam ter sido escrituradas nos referidos livros, para efeito de verificação do pagamento do tributo.

§ 4º Se o contribuinte se recusar a fazer a comprovação, ou não puder fazê-la, e bem como nos casos em que a mesma seja considerada insuficiente, o montante das operações e prestações será arbitrado pela autoridade fiscal, pelos meios ao seu alcance, deduzindo-se, para efeito de apuração da diferença do imposto, os recolhimentos devidamente comprovados pelo contribuinte ou pelos registros da repartição fiscal.

§ 5º A norma que regulamentar benefício fiscal poderá prever a obrigatoriedade da apresentação de documentos comprobatórios do direito ao benefício ou necessários para o seu acompanhamento e controle, ou ainda estabelecer condições para fruição.

Art. 49. A Secretaria da Fazenda e seus Agentes Fiscais terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores da administração pública.

Art. 50. No levantamento fiscal poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como aplicados coeficientes médios de lucro bruto, ou de valor acrescido e de preços unitários, considerados em cada atividade econômica, observadas a localização e a categoria do estabelecimento.

Art. 51. Considerar-se-á ocorrida operação ou prestação tributável quando constatado:

- I - o suprimimento de caixa sem comprovação da origem do numerário quer esteja escriturado ou não;
- II - a existência de título de crédito quitado ou despesas pagas e não escriturados, bem como bens do ativo permanente não contabilizados;
- III - diferença entre o valor apurado em levantamento fiscal que tomou por base índice técnico de produção e o valor registrado na escrita fiscal;
- IV - a falta de registro de documento fiscal referente à entrada de mercadoria;
- V - a existência de contas no passivo exigível que apareçam oneradas por valores documentalmentemente inexistentes;
- VI - a existência de valores que se encontrem registrados em sistema de processamento de dados, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou outro equipamento similar, utilizados sem prévia

autorização ou de forma irregular, que serão apurados mediante a leitura dos dados neles constantes:

VII - a falta de registro de notas fiscais de bens adquiridos para consumo ou para ativo fixo;

VIII - a superavaliação do estoque inventariado.

Art. 52. A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em decreto do Poder Executivo, sistema individual de controle e pagamento exigindo a cada operação ou prestação o pagamento do tributo correspondente, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto.

SEÇÃO II DA CONSULTA

Art. 53. A Secretaria da Fazenda manterá setor consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao ICMS formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

§ 1º As respostas serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado através de publicação periódica.

§ 2º As repostas às Consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 3º Não são passíveis de multas os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 4º As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao ICMS, constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

CAPÍTULO XIV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 54. Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICMS.

§ 1º Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ICMS independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 55. Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo.

§ 1º Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos deste artigo:

I - equivalente a 15% (quinze por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;

II - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;

III - equivalente a 100% (cem por cento) do valor do crédito do imposto

a) indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao

sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta Lei;

b) indevidamente transferido, ao sujeito passivo que transferir créditos em desacordo com o disposto na legislação;

IV - equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;

b) transportar, estocar ou manter em depósito, bem ou mercadoria abrangidos por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;

c) executar prestação de serviço, abrangida por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhada de documentação fiscal;

V - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto;

b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria beneficiados com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;

c) executar prestação de serviço, beneficiada com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhada da documentação fiscal regulamentar;

VI - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

a) deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação tributada, inclusive sujeitas ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente;

b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria tributados, inclusive sujeitos ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;

c) executar prestação de serviço tributada, inclusive sujeita ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhadas de documentação fiscal regulamentar;

VII - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino da mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;

VIII - equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que:

a) consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias ou serviços em operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;

b) emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída, transmissão de propriedade ou entrada de bem ou mercadoria no estabelecimento, ou a uma prestação de serviço;

c) adulterar documento fiscal, emitir ou utilizar documento fiscal falso, bem como utilizar documento fiscal de estabelecimento que tenha encerrado suas atividades ou cuja inscrição no cadastro de contribuintes estadual tenha sido cancelada *ex officio*;

IX - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao

sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação quando estas sejam abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;

X - equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação, quando estas sejam tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;

XI - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;

XII - equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;

XIII - de 1 (uma) UPF/PR por documento fiscal, ao sujeito passivo que:

a) promover a impressão para si ou para terceiros de documento fiscal sem a competente autorização, ou fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ou inidôneo ainda não utilizado;

b) deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os documentos fiscais não utilizados;

XIV - de 4 (quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) iniciar suas atividades antes do deferimento do pedido de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado;

b) preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

c) substituir as vias dos documentos fiscais em relação às suas respectivas destinações;

d) deixar de entregar à repartição fiscal de seu domicílio tributário vias de documentos fiscais a ela destinados;

e) retirar do estabelecimento, livros, documentos fiscais, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem autorização da repartição fiscal de seu domicílio tributário;

f) deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido na legislação, via a este destinada de documento fiscal;

g) não comunicar à repartição fiscal de seu domicílio tributário as alterações cadastrais, o reinício ou a paralisação temporária de suas atividades, ou deixar de entregar os documentos fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas atividades;

h) não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações com isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;

i) não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

j) utilizar documento fiscal cujas características extrínsecas não observem fidelidade com os requisitos mínimos estabelecidos na legislação;

l) retirar, do estabelecimento do usuário, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem emissão do respectivo atestado de intervenção;

m) deixar de efetuar o recadastramento, no prazo e forma estabelecidos na legislação, no Cadastro de Contribuintes do Estado;

XV - de 6 (seis) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto;

b) deixar de entregar ou informar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os demonstrativos regulamentares;

c) deixar de requerer a sua exclusão do Cadastro de Contribuintes do Estado no prazo fixado na legislação;

d) por qualquer meio ou forma, dificultar, impedir ou retardar a ação fiscalizadora;

e) deixar de apresentar à repartição fiscal, na forma da legislação, o documento referente à cessação de uso de máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, ou ainda deixar de fazer a sua escrituração no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

f) utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação tributária;

g) emitir atestado de intervenção em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação aplicável ou que nele consignar informações inexatas;

h) lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno;

i) deixar de comunicar ao fisco a comercialização de equipamento emissor de cupom fiscal a usuário final estabelecido neste Estado;

j) não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações de saída com suspensão ou diferimento do imposto;

XVI - de 12 (doze) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) não apresentar ou não manter em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar de forma indevida, livros e documentos fiscais;

b) fornecer informações inverídicas ao se inscrever como contribuinte ou ao requerer alteração cadastral;

XVII - de 24 (vinte e quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) utilizar, sem a autorização, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, ou sistema de processamento de dados, que emita documento fiscal ou cupom que o substitua, ou, ainda, que os utilize em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido autorizado;

b) utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares sem os lacres de segurança ou rompê-los, sem a observância da legislação;

c) possuir, utilizar ou falsificar carimbo, impresso ou equipamento de uso exclusivo de repartição da Secretaria da Fazenda.

XVIII - de 6 (seis) UPF/PR, por dia de atraso, até o máximo de 90 (noventa) UPF/PR, ao contribuinte que, devidamente notificado, não apresentar no prazo estabelecido, os arquivos, respectivos registros ou sistemas aplicativos em meios magnéticos;

XIX - de 0,5% (meio por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos, em desacordo com a legislação;

XX - de 5% (cinco por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos.

§ 2º As multas previstas neste artigo, serão aplicadas sobre os respectivos valores básicos atualizados monetariamente nos termos definidos nesta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto de infração.

§ 3º O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, na hipótese do inciso I do § 1º, observadas as reduções concedidas pelo art. 40;

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 40, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 4 (quatro) UPF/PR em vigor na data da lavratura do auto de infração ou na data da incidência da multa, em se tratando da penalidade prevista no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 5º No concurso de penalidades aplica-se a maior.

§ 6º As infrações e penalidades indicadas no § 1º deste artigo, ressalvada a prevista no inciso I, exigível nos termos do art. 57, serão lançadas em processo administrativo fiscal de instrução contraditória, na forma do art. 56.

§ 7º Não serão aplicadas as penalidades previstas nas alíneas *a* e *c* do inciso XV deste artigo, no caso de o Poder Executivo determinar o cancelamento *ex officio* da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, do contribuinte que, respectivamente, deixar de apresentar o documento de informação e apuração e ficar comprovado, através de procedimento fiscal, a cessação de sua atividade no endereço cadastrado, ou que tenha encerrado suas atividades sem requerer sua exclusão na forma do § 5º do art. 33.

CAPÍTULO XV DO LANÇAMENTO

SEÇÃO I DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL DE INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

Art. 56. A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

I - FASE PRELIMINAR

O procedimento fiscal poderá ser motivado:

a) pela representação - lavrada por funcionário fiscal de repartição fazendária que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária, a qual conterá as características intrínsecas do auto de infração, executando-se a obrigatoriedade da intimação do sujeito passivo;

b) pela denúncia, que poderá ser:

1. escrita - devendo conter a identificação do denunciante e a qualificação do denunciado, se conhecida, e relatar, inequivocamente, os fatos que constituem a infração;

2. verbal - devendo ser reduzida a termo, devidamente assinado pela parte denunciante, na repartição fazendária competente, contendo os elementos exigidos no item anterior;

II - INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL

O procedimento fiscal considera-se iniciado:

a) por termo de início de fiscalização, cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

b) pelo ato de apreensão de quaisquer bens ou mercadorias, ou de retenção de documentos ou livros comerciais e fiscais;

c) por qualquer outro ato escrito, praticado por servidor competente, no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado do ato o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

III - AUTO DE INFRAÇÃO

A formalização da exigência de crédito tributário dar-se-á mediante a lavratura de auto de infração, por funcionário da Coordenação da Receita do Estado no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária, observando-se que:

a) o auto de infração não deverá conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo ainda dele constar:

1. o local, a data e a hora da lavratura;
2. a qualificação do autuado;
3. o dispositivo infringido do art. 55 e a penalidade aplicável nele estabelecida;
4. o valor do crédito tributário relativo ao ICMS, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou período;
5. a assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto, sendo que a assinatura não importa em confissão, nem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravação da penalidade;
6. a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;
7. a assinatura do autuante e sua identificação funcional;

b) as eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

c) a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais

IV - APREENSÃO

E admissível a apreensão de mercadorias e demais bens, livros, documentos e arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito, observando-se que:

a) se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias e demais bens se encontram em residência particular, ou em dependência de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor recusar-se a fazer a exibição dessas mercadorias e demais bens;

b) as mercadorias ou demais bens apreendidos ficam sob a custódia do Chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberados mediante a satisfação, pelo autuado, das exigências determinantes da apreensão, ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores das mercadorias ou demais bens;

c) em relação à apreensão de livros, documentos fiscais e arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, ou sua correspondente lacração, será lavrado termo que constará do processo;

V - INTIMAÇÃO

a) a intimação para que o autuado integre a instância administrativa, bem como da decisão de que trata o inciso XI deste artigo, far-se-á:

1. pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante ou preposto, de cópia do auto de infração e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, ou da decisão, respectivamente, exigindo-se recibo datado e assinado na via original ou, alternativamente, por via postal ou telegráfica, com prova do recebimento;

2. por publicação única no Diário Oficial do Estado ou no jornal de maior circulação na região do domicílio do autuado, quando resultar improficua a alternativa adotada, de acordo com o disposto no item anterior;

b) considera-se feita a intimação:

1. na data da ciência do intimado;
2. na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, ou, se a data for omissa, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

c) trinta dias da publicação do edital, se este for o meio utilizado;

VI - DA RECLAMAÇÃO

Reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo autuado, no prazo de trinta dias, a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada na repartição por onde correr a instrução do processo e nela o autuado aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

b) sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do procedimento;

c) apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação;

VII - CONTESTAÇÃO

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, ao autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar, no prazo de trinta dias, sobre as razões oferecidas pelo autuado;

VIII - DILIGÊNCIAS

O Chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem consideradas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

IX - PARECER

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até quinze dias do recebimento, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

X - REVISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Se, após a lavratura do auto de infração e antes da decisão de 1ª Instância, for verificado erro na capitulação da pena, existência de sujeito passivo solidário ou falta que resulte em agravamento da exigência, será lavrado auto de infração revisional, do qual será intimado o autuado e o solidário, se for o caso, abrindo-se prazo de trinta dias para apresentação de reclamação;

XI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O julgamento do processo, em primeira instância, compete ao Diretor da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda, que poderá delegá-la, sendo que antes de proferir a decisão a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência de órgão jurídico da Coordenação da Receita ou da Procuradoria Fiscal do Estado;

XII - DOS RECURSOS PARA SEGUNDA INSTÂNCIA

As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância, observando-se que:

a) os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são:

1. de ofício, da decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante atualizado do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 100 (cem) UPF/PR, do mês da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;

2. ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão;

b) o recurso ordinário interposto intempestivamente antes da inscrição do crédito tributário correspondente em dívida ativa, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a preclusão;

c) o rito processual em segunda instância obedecerá às normas previstas em lei complementar;

XIII - VISTA DOS AUTOS

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao autuado o direito de vista dos autos na repartição fazendária onde tramitar o feito

administrativo, e permitido o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado, lavrando o servidor termo com indicação das peças fornecidas.

XIV - DECISÕES FINAIS

As decisões são finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que:

a) após decorrido o prazo para oferecimento de recurso, as decisões finais favoráveis ao Estado serão executadas mediante intimação do autuado pela Coordenação da Receita do Estado, observado no que couber o disposto no inciso V deste artigo, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa;

b) os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão cancelados, com observância do disposto em decreto do Poder Executivo, nos casos de

1. exclusão do crédito tributário,

2. regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal, de rito sumário;

c) o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente da nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista na alínea *a* deste inciso;

XV - DA PARTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO IMPUGNADO

Se o contribuinte concordar apenas parcialmente com o auto de infração ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada.

SEÇÃO II DO RITO ESPECIAL

Art. 57. Quando ocorrer a infração descrita no inciso I do § 1º do art. 55, o imposto, acrescido da penalidade, será inscrito automaticamente em dívida ativa, não cabendo em consequência da declaração do próprio contribuinte, qualquer reclamação ou recurso.

§ 1º A insuficiência no pagamento do imposto, multa, atualização monetária ou juros de mora, acarretará igualmente a inscrição das diferenças em dívida ativa.

§ 2º Da inscrição em dívida ativa, o contribuinte será notificado através de:

I - correspondência registrada - AR;

II - edital publicado no Diário Oficial, quando não encontrado pela empresa de correios no endereço constante de seu cadastro junto à Secretaria da Fazenda.

§ 3º O encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no parágrafo anterior.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 58. A partir da eficácia desta Lei todas as infrações à legislação tributária do ICMS serão apuradas de acordo com as normas processuais deste diploma legal e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

Parágrafo único. As penalidades previstas nesta Lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração.

Art. 59. Quando, em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou em repartição fazendária, for responsabilizado o Agente Fiscal, esta responsabilidade será ilidida, automaticamente, pelo lançamento das diferenças em processo administrativo fiscal ou em dívida ativa.

Art. 60. A Secretaria da Fazenda poderá celebrar acordos com órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades privadas, objetivando:

- I - intercâmbio de informações econômico-fiscais;
- II - interação nos programas de fiscalização tributária;
- III - treinamento de pessoal especializado em administração e fiscalização tributária.

Art. 61. Aplicam-se aos demais tributos estaduais os critérios e coeficientes previstos nesta Lei:

- I - de atualização monetária, inclusive para fins de restituição de indébito;
- II - de cobrança de juros de mora.

Parágrafo único. Os demais créditos de natureza não tributária, para fins de inscrição em dívida ativa, terão seus valores atualizados monetariamente pelos critérios próprios, da data do seu vencimento até a da decisão final e irreformável na esfera administrativa, e, a partir de então, de acordo com os incisos I e II deste artigo.

Art. 62. Fica o Poder Executivo autorizado a promover campanha de estímulo à emissão de documentos fiscais, nas operações e prestações relativas ao ICMS, mediante a distribuição de prêmios.

Art. 63. Fica o Secretário da Fazenda autorizado a:

I - na forma do inciso III do art. 172 do Código Tributário Nacional, remitir créditos tributários cujo valor atualizado seja inferior à multa mínima prevista nesta Lei;

II - suspender a expedição de Certidão de Dívida Ativa, pelo prazo de 1 (um) ano ou até que o valor dos créditos tributários devidos pelo contribuinte atinjam o montante atualizado de 30 (trinta) UPF/PR.

Art. 64. O art. 18 da Lei nº 8.927, de 28.12.88, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Nas aquisições *causa mortis* ou por ato entre vivos, o contribuinte ou responsável que não recolher o imposto nos prazos normais, fica sujeito à multa de 15% (quinze por cento) do imposto devido.

§ 1º A multa prevista no *caput* será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do imposto, por dia de atraso.

§ 2º Se houver sonegação de bens, direitos ou valores, o adquirente ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor ocultado à tributação, acumulativamente com a prevista no *caput*.

§ 3º A multa a que se refere o parágrafo anterior será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando o infrator se prontificar a pagá-la, juntamente com o imposto devido, desistindo de qualquer reclamação ou recurso.

§ 4º As multas deste artigo poderão ser impostas proporcionalmente aos infratores, ou integralmente a qualquer deles.”

Art. 65. Na aplicação do *caput* e §§ 4º e 5º do art. 24, e dos incisos I a III e § 1º do art. 27, observar-se-á o seguinte:

I - a energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento dará direito de crédito a partir de 1º.11.96;

II - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º.11.96;

III - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 1998.

Art. 66. Os dispositivos desta Lei referentes ao transporte aéreo e as

alíneas *c* e *d* do inciso I, e *m* do inciso II, do art. 14 produzirão efeitos a partir de 1º.01.97.

Art. 67. Ficam revogadas as Leis n. 8.933, de 26.01.89, 9.391, de 1º.10.90, 9.565, de 04.02.91, 9.715, de 23.09.91, 9.884, de 26.12.91, 9.885, de 26.12.91, 10.110, de 13.10.92, 10.257, de 15.03.93, 11.059, de 27.01.95, 11.103, de 1º.06.95, o art. 2º da Lei n. 9.870, de 20.12.91, os arts. 1º e 3º da Lei n. 10.689, de 23.12.93, os arts. 1º e 2º da Lei n. 11.429, de 14.06.96, e demais disposições em contrário.

Art. 68. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos desde 16.09.96 em relação ao disposto no inciso II do art. 4º e no § 2º do art. 29, e a partir de 1º de novembro de 1996 em relação aos demais dispositivos, observado o disposto no inciso III do art. 65 e no art. 66

MENSAGEM Nº 079/96

Curitiba, 09 de outubro de 1996.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.951.110,00 (hum milhão, novecentos e cinquenta e um mil, cento e dez reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28.12.1995, visando atender as ações previstas no Programa Brasil Criança Cidadã, através do convênio entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Estado do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28.12.95, no valor de R\$ 1.951.110,00 (hum milhão, novecentos e cinquenta e um mil, cento e dez reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I			FL. 01 RS 1,00	
CODIGO		ESPECIFICACAO			VALOR	IN.DO
I		INATUREZA				IPROC
I		I DA IFTIDI				ICOP
I		IDESPESA I IRI				
4500	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA	EI	I	I I		I
	I ASSUNTOS DA FAMILIA	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
4503	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I
1093	I INTEGRACAO A INFANCIA E	I	I	I I		I
	I ADOLESCENCIA - PROJETO PIA	I 3223.02	I 07	I LI	638.317	I 1621
	I	I 4130.99	I 07	I LI	1.312.793	I 1621
		T O T A L I			1.951.110	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I			FL. 01 RS 1,00	
I		INATUREZA I		ILI	IN.DO	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR	IPROC
I		IDESPESA I	I	IRI		ICOP
4500	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA	EI	I	I I		I
	I ASSUNTOS DA FAMILIA	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
4503	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I
2287	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I	I I		I
	I ADMINISTRATIVA E EXECUCAO DOS	I	I	I I		I
	I PROGRAMAS DA SECR	I	3132.15	I07ILI	638.317	I1621
	I	I	4130.99	I25ILI	386.293	I1621
	I	I	4130.99	I33ILI	926.500	I1621
		T O T A L		I	1.951.110	I

ACRESCIMO		A N E X O I I I		FL. 02	
RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
-----*		-----*		-----*	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROC	
-----*		-----*		-----*	
2462.01.00	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I 07 I	1.312.793	I 1621	
-----*		-----*		-----*	
		T O T A L I	1.312.793	I	
				-----*	

REDUCAO		A N E X O I V		FL. 02	
RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
-----*		-----*		-----*	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROC	
-----*		-----*		-----*	
2211.01.00	IVENDA DE ACOES DA COPEL	I 25 I	386.293	I 1621	
2464.00.00	ICONVENIOS COM O EXTERIOR	I 33 I	926.500	I 1621	
-----*		-----*		-----*	
		T O T A L I	1.312.793	I	
				-----*	

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 080/96

Curitiba, 09 de outubro de 1996.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28.12.1995, visando atender despesas com obras de reforma e ampliação do complexo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo do Programa de Obras do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I		FL. 01 RS 1,00	
I		I		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I		I DA	IFTIDI		I PROC
I		IDESPESA	I IRI		ICOP
3700	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, I	I	I I I		I
	ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3702	IGABINETE DO SECRETARIO - I	I	I I I		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
2180	IPROGRAMACAO A CARGO DO TECPAR	I 4140.00	I00ILI	3.000.000	I1786
T O T A L		I		3.000.000	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I		FL. 01 RS 1,00	
I		I		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I		I DA	IFTIDI		I PROC
I		IDESPESA	I IRI		ICOP
3700	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, I	I	I I I		I
	ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3705	ICOORDENADORIA DE CIENCIA E I	I	I I I		I
	ITECNOLOGIA	I	I I I		I
2185	IFOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA I	I	I I I		I
	IPRODUCAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	I 4121.00	I00ILI	3.000.000	I1786
T O T A L		I		3.000.000	I

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I I		FL. 02 RS 1,00	
I		I		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I		I DA	IFTIDI		I PROC
I		IDESPESA	I IRI		ICOP
3800	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, I	I	I I I		I
	ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - I	I	I I I		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3854	IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANAI	I	I I I		I
	I- TECPAR	I	I I I		I
2853	IPESQUISAS E DESENVOLVIMENTO I	I	I I I		I
	ITECNOLOGICO, PRODUCAO DE	I	I I I		I
	IBIOLOGICOS E SERVICOS	I	I I I		I
	ITECNOLOGICOS	I 4110.00	I00ILI	3.000.000	I1786
T O T A L		I		3.000.000	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO		FL. 03		RS 1,00	
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	I PROC
		ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA,	I		I		I
		ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR -	I		I		I
		IENTIDADES VINCULADAS	I		I		I
		I	I		I		I
		IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA -	I		I		I
		ITECPAR	I		I		I
2521.49.00		IRECURSOS DO TESOURO - ORDINARIO NAO	I	00	I	3.000.000	I1786
		IVINCULADO	I		I		I
T O T A L			I		I	3.000.000	I

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS		ANEXO		FL. 04		RS 1,00	
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	I PROC
3800		ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA,	I		I		I
		ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR -	I		I		I
		IENTIDADES VINCULADAS	I		I		I
3854		IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA -	I		I		I
		ITECPAR	I		I		I
2853		IPESQUISAS E DESENVOLVIMENTO	I		I		I
		ITECNOLOGICO, PRODUCAO DE BIOLOGICOS	I		I		I
		IE SERVICOS TECNOLOGICOS	I		I		I
0002		IREFORMAR/AMPLIAR O COMPLEXO	I	T	I	3.000.000	I1786
		ITECNOLOGICO DA CIC E JUVEVE	I		I		I
T O T A L			I	T	I	3.000.000	I
			I	O	I		O I

MENSAGEM Nº 081/96.

Curitiba, 09 de outubro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.352.716,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dezesseis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado, da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender despesas com aquisição de equipamentos e veículos para a Polícia Militar do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 6.352.716,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dezesseis reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 2º, fica alterado o Anexo do Programa de Obras, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA IFT I	VALOR	IN.DO I
I		IDESPESA I	IRI		IPROC ICOP
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I I		I
	IPUBLICA	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3109	ICOMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR	I	I I I		I
1033	IFUNDO DE MODERNIZACAO DA POLICIA	I	I I I		I
	IMILITAR	I	4121.00 I 39 I I	6.352.716	I 1595
T O T A L I				6.352.716	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA IFT I	VALOR	IN.DO I
I		IDESPESA I	IRI		IPROC ICOP
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I I		I
	IPUBLICA	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3101	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I
1028	IINVESTIMENTOS PARA A SEGURANCA	I	I I I		I
	IPUBLICA	I	4110.00 I 25 I I	168.950	I 1595
3106	IINSTITUTO MEDICO-LEGAL	I	I I I		I
2112	IPERICIAS MEDICO-LEGAIS	I	4110.00 I 25 I I	67.580	I 1595
3109	ICOMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR	I	I I I		I
1034	IPATROLHA RURAL	I	4121.00 I 00 I I	697.000	I 1595
1035	IBATALHAO DE FRONTEIRA	I	4121.00 I 00 I I	654.000	I 1595
2115	IADMINISTRACAO E ASSESSORAMENTO DA	I	I I I		I
	IPOLICIA MILITAR	I	3121.00 I 00 I I	100.000	I 1595
	I	I	3122.00 I 00 I I	320.000	I 1595
2116	IADMINISTRACAO DOS SERVICOS DE	I	I I I		I
	ISAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	I	3121.00 I 00 I I	30.000	I 1595
	I	I	3122.00 I 00 I I	104.740	I 1595
	I	I	3192.00 I 00 I I	763	I 1595
	I	I	3255.00 I 00 I I	6.867	I 1595
	I	I	3259.00 I 00 I I	7.630	I 1595

CANCELAMENTO
DA DESPESA ANEXO

A N E X O I I

FL. 02
RS 1,00

CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FT I	VALOR	IN.DO I
I		DESPESA I	IRI			IPROC ICOP
3110	ICOMANDO DO POLICIAMENTO DA	I	I	I I		I
	ICAPITAL	I	I	I I		I
2117	IPOLICIAMENTO OSTENSIVO NA REGIAO	I	I	I I		I
	IMETROPOLITANA	I	3121.00	I00ILI	100.000	I1595
	I	I	3122.00	I00ILI	700.000	I1595
3111	ICOMANDO DO POLICIAMENTO DO	I	I	I I		I
	IINTERIOR	I	I	I I		I
2118	IPOLICIAMENTO OSTENSIVO NO	I	I	I I		I
	IINTERIOR DO ESTADO	I	3121.00	I00ILI	1.300.000	I1595
	I	I	3132.15	I00ILI	200.000	I1595
2120	IPOLICIAMENTO OSTENSIVO DO MEIO	I	I	I I		I
	IAMBIENTE	I	3121.00	I00ILI	52.000	I1595
	I	I	3122.00	I00ILI	48.000	I1595
3112	ICORPO DE BOMBEIROS	I	I	I I		I
1038	IINVESTIMENTOS PARA O CORPO DE	I	I	I I		I
	IBOMBEIROS	I	4110.00	I01ILI	98.100	I1595
	I	I	4110.00	I25ILI	487.230	I1595
	I	I	4121.00	I00ILI	436.000	I1595
1039	IEQUIPAMENTOS E DESCENTRALIZACAO	I	I	I I		I
	IDO SIATE	I	3121.00	I00ILI	15.000	I1595
	I	I	3132.15	I00ILI	95.000	I1595
	I	I	4121.00	I00ILI	6.500	I1595
	I	I	4121.00	I01ILI	151.510	I1595
2121	ISERVICOS DE BOMBEIROS	I	3121.00	I00ILI	33.246	I1595
	I	I	3121.00	I07ILI	121.620	I1595
	I	I	3132.15	I07ILI	350.980	I1595
		T O T A L		I	6.352.716	I

ACRESCIMO
RECEITA CENT ANEXO

A N E X O I I I

FL. 03
RS 1,00

CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	FT I	VALOR	IPROC
1919.01.00	IMULTAS POR INFRACAO AO CODIGO NACIONAL	I	39 I	6.352.716	I1595
	IDE TRANSITO	I	I		I
		T O T A L		I	6.352.716

REDUCAO
RECEITA CENT ANEXO

A N E X O I V

FL. 03
RS 1,00

CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	FT I	VALOR	IPROC
1113.02.00	IIMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I	00 I	4.906.746	I1595
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I	I		I
	ITRANSF.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I	I		I
	ICOMUNICACAO	I	I		I
1721.01.01	ICOTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	I	01 I	249.610	I1595
	IDOS ESTADOS E DO DISTRITO	I	I		I
	IFEDERAL	I	I		I
1762.01.00	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07 I	472.600	I1595
2211.09.00	IVENDA DE OUTRAS ACOES	I	25 I	723.760	I1595
		T O T A L		I	6.352.716

Curitiba, segunda, em 14.10.96

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O V		FL. 04 RS 1,00				
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	I	PROC
3100	I	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I		I			I
	I	IPUBLICA	I		I			I
3101	I	IGABINETE DO SECRETARIO	I		I			I
1028	I	IINVESTIMENTOS PARA A SEGURANCA PUBLICAI	I		I			I
0001	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DA MULHER DE	I	T	I	43.600	I	1595
	I	IGUARAPUAYA	I		I			I
0007	I	ICONSTRUUIR DELEGACIA EM FAZENDA RIO	I	T	I	125.350	I	1595
	I	IGRANDE	I		I			I
3106	I	IINSTITUTO MEDICO-LEGAL	I		I			I
2112	I	IPERICIAS MEDICO-LEGAIS	I		I			I
0001	I	ICONSTRUIR DO I.M.L. DE LONDRINA	I	T	I	67.580	I	1595
3112	I	ICORPO DE BOMBEIROS	I		I			I
1038	I	IINVESTIMENTOS PARA O CORPO DE	I		I			I
	I	IBOMBEIROS	I		I			I
0001	I	IIMPLANTAR NOVO POSTO POLO DO CORPO DE	I	T	I	174.400	I	1595
	I	IBOMBEIROS NO BOQUEIRAO EM CURITIBAI	I		I			I
0002	I	IIMPLANTAR POSTO CORPO DE BOMBEIROS EM	I	T	I	168.950	I	1595
	I	IMARECHAL CANDIDO RONDON	I		I			I
0003	I	IADQUIRIR TERRENO E REALIZAR	I	T	I	98.100	I	1595
	I	IBENFEITORIAS PARA IMPLANTARCORPO DE	I		I			I
	I	IBOMBERIOS EM TOLEDO	I		I			I
0004	I	ICONSTRUIR POSTO DO CORPO DE BOMBEIROS	I	T	I	143.880	I	1595
	I	IDE IVAIPORA	I		I			I
T O T A L			I	T	I	821.860	I	

MENSAGEM Nº 082/96.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender a manutenção da referida Secretaria e a execução dos Projetos Vale-Saber e Vale-Ensinar.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		ANEXO		FL. 01 RS 1,00	
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN.DO IPRO ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I		I	I I I		I
3303	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I
2134	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I
	IADMINISTRATIVA - SEED	I	3132.15I00ILI	5.000.000	I1848
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I
1051	I VALORIZACAO DO PROFISSIONAL DA	I	I I I		I
	IEDUCACAO	I	3254.00I02ILI	2.000.000	I1848
T O T A L		I		7.000.000	I

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I I			FL. 01 RS 1,00	
ANEXO						
* I	* I	* I	* I	* I	* I	* I
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FT	VALOR	IPROC
I	I	DESPESA	I	IRI	I	ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I	I	I	I
2138	IDESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I	I	I	I
	IFUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	I	I	I	I	I
	IPRE-ESCOLAR	I	I	I	I	I
		I	4121.00	I07	7.000.000	I1848
		T O T A L			7.000.000	I

ACRESCIMO RECEITA CENT		A N E X O I I I			FL. 02 RS 1,00	
ANEXO						
* I	* I	* I	* I	* I	* I	* I
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROC
1113.02.00	IIIMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I	00	I	5.000.000	I1848
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I	I	I	I	I
	ITRANS.PINTEREST.E INTERMUN. E DE	I	I	I	I	I
	ICOMUNICACAO	I	I	I	I	I
1721.01.12	ICOTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS	I	02	I	2.000.000	I1848
	IINDUSTRIALIZADOS, ESTADOS EXPORTADORES	I	I	I	I	I
	IDE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	I	I	I	I	I
		T O T A L			7.000.000	I

REDUCAO RECEITA CENT		A N E X O I V			FL. 02 RS 1,00	
ANEXO						
* I	* I	* I	* I	* I	* I	* I
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROC
2462.01.00	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07	I	7.000.000	I1848
		T O T A L			7.000.000	I

MENSAGEM Nº 083/96.

Curitiba, 09 de outubro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 9.827.876,00 (nove milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender o Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná - BIRD.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY
Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 9.827.876,00 (nove milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento(s) de dotação(ões), conforme Anexo II desta lei.

3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00	
I		I		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I
I 1052	IPROJETO QUALIDADE NO ENSINO	I	I I I		I
I	IPUBLICO DO PARANA/BIRD	I 4130.99	I161LI	5.527.876	I1847
I	I	I 4130.99	I351LI	4.300.000	I1847
T O T A L		I		9.827.876	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00	
I		I		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I
I 2138	IDESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I I I		I
I	IFUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	IPRE-ESCOLAR	I 4121.00	I071LI	9.827.876	I1847
T O T A L		I		9.827.876	I

I ACRESCIMO		A N E X O I I I		FL. 02	
I RECEITA CENT		ANEXO		RS 1,00	
I		I		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FI	I	VALOR	I PROC
I1721.01.30	ICOTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DO SALARIO	I 16	I	5.527.876	I1847
I	IEDUCACAO	I	I		I
I2129.02.00	IOPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	I 35	I	4.300.000	I1847
I	IVINCULADAS	I	I		I
T O T A L		I		9.827.876	I

REDUCAO		A N E X O I V		FL. 02	
RECEITA CENT		ANEXO		RS 1,00	
I		I		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FI	I	VALOR	I PROC
I2462.01.00	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I 07	I	9.827.876	I1847
T O T A L		I		9.827.876	I

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 084/96.

Curitiba, 09 de outubro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender despesas com a manutenção da entidade e com o Curso de Especialização.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY
Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o Anexo de Obras, da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I			FL. 01 R\$ 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	INATURIZAI	ILI	VALOR	IN.DO
I		IDESPESA I	I	IFTIDI IRI		I PROC ICOP
3800	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, I	I	I	I I I		I
	ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - I	I	I	I I I		I
	IENTIDADES VINCULADAS I	I	I	I I I		I
3842	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, I	I	I	I I I		I
	ICIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO I	I	I	I I I		I
2200	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO I	I	I	I I I		I
	IENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E I	I	I	I I I		I
	ILETRAS DE JACAREZINHO I	I	3132.01150ILI		1.500	I1577
	I I	I	3132.03150ILI		500	I1577
	I I	I	3132.11150ILI		1.000	I1577
	I I	I	3132.15150ILI		61.000	I1577
		T O T A L I			64.000	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I			FL. 01 R\$ 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	INATUREZAI	ILI	VALOR	IN.DO
I		IDESPESA I	I	IFTIDI IRI		I PROC ICOP
3800	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, I	I	I	I I I		I
	ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - I	I	I	I I I		I
	IENTIDADES VINCULADAS I	I	I	I I I		I
3842	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, I	I	I	I I I		I
	ICIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO I	I	I	I I I		I
2200	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO I	I	I	I I I		I
	IENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E I	I	I	I I I		I
	ILETRAS DE JACAREZINHO I	I	4110.00150ILI		54.000	I1577
	I I	I	4121.00150ILI		10.000	I1577
		T O T A L I			64.000	I

Curitiba, segunda, em 14.10.96

CANCELAMENTO DA OBRA		ANEXO III		FL. 02 RS 1.00	
COOIG	ESPECIFICACAO	I	I	VALOR	IPROG
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR *	I	I		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I		I
3842	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, ICIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I		I
2208	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO IDE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE IJACAREZINHO	I	I		I
0001	IAMPLIAR O SALAO NOBRE	I	I	54.000	I1577
TOTAL		I	I	54.000	I

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 085/96.

Curitiba, 09 de outubro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28

de dezembro de 1995, visando atender despesas com a manutenção daquela Secretaria.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotação da próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO		FL. 02 RS 1.00	
COOIG	ESPECIFICACAO	I	I	VALOR	IPROG
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCAI IPUBLICA	I	I		I
3101	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I		I
2105	IADMINISTRACAO DO GABINETE DO ISECRETARIO - SESP	I	I		I
		I	I	3121.00	I1507I
		I	I	3122.00	I1507I
		I	I	3132.05	I1507
		I	I	3132.06	I1507
		I	I	3132.07	I1507
		I	I	3132.10	I1507
		I	I	3132.15	I1507
3106	IDIRETORIA GERAL	I	I		I
2107	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA ISESP	I	I		I
		I	I	3121.00	I1507I
		I	I	3122.00	I1507I
		I	I	3131.01	I1507I
		I	I	3132.05	I1507I
		I	I	3132.06	I1507
		I	I	3132.07	I1507
		I	I	3132.10	I1507
		I	I	3132.15	I1507
TOTAL		I	I	248.000	I

Curitiba, segunda, em 14.10.96

mória de Martin Lutero.

Outrossim, solicito a liberação do Salão Nobre na mesma data, logo após a Sessão que será realizada às 10:00 hs, para um Culto Ecumênico em louvor à comemoração citada acima.

Conhecedor que somos de o alto espírito cristão que é portador de Vossa Excelência, é que solicitamos o presente para juntos glorificarmos a data eminente.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente, Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem justificar sua ausência à Sessão Plenária desta data, por estar cumprindo intimação judicial para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento, conforme documento anexo.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrada nesta Casa de Leis a passagem no dia 13 do corrente, do quarto ano de falecimento do inesquecível Deputado Dr. Ulysses Guimarães.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Há quatro anos o Brasil inteiro viveu a agonia da procura dos corpos vitimados naquele acidente aéreo. Seres humanos todos eram importantes. Mas o Dr. Ulysses, o nosso "Senhor Diretas", pelo peso de sua vida pública e das décadas de dedicação ao País, era o que mais comovia os brasileiros. Seu desaparecimento chocou a Nação e imanhou a todos naquela tragédia. Todos nós, cidadãos do Brasil, choramos a perda. Passados agora quatro anos, mais conformados com os desígnios de Deus, não esquecemos suas lições de vida, cidadania e patriotismo. A arte de fazer política nunca mais será a mesma. Palida agora, se ressentida da ausência do Dr. Ulysses.

REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Votos de Pesar pelo falecimento de Gerson Ferreira Torres, ocorrido no dia 30 de setembro próximo passado, em Icaraima, Estado do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Hernen Vissoto nº 354, CEP 87.530-000, no Município de Icaraima - PR.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de votos de congratulações aos professores da rede estadual de ensino representada pela APP Sindicato, presidida pelo Senhor Romeu Gomes de Miranda, conforme disposto no artigo nº 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o en-

vio de cópia do presente, para a Rua Voluntários da Pátria, 475, Edifício Asa, 14º andar, CEP: 80.020-926, centro, Curitiba-PR., (APP Sindicato).

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) ter figurado com seus cursos de Engenharia de Materiais e Serviço Social, com destaque entre os melhores do Brasil, no XV Ranking das Universidades do Brasil, divulgado pela revista Playboy, da Editora Abril.

Isto revela o reconhecimento da alta qualidade dos cursos acima citados, além dos demais que a Universidade oferece, vindo a estabelecer que o padrão de ensino gratuito a nível de terceiro no Paraná vem melhorando cada vez mais, merecendo o devido respeito.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a UEPG, em nome de seu Reitor e dos Diretores do Curso de Engenharia de Materiais e Serviço Social.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de congratulações aos professores da rede estadual de ensino, representada pela APP Sindicato, presidida pelo Senhor Romeu Gomes de Miranda, conforme disposto no Artigo nº 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, para a Rua Voluntários da Pátria, 475, Edifício Asa, 14º andar, CEP: 80.020-926, Centro, Curitiba-PR., (APP SINDICATO).

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de congratulações, ao Exmo. Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, por assumir o cargo de Governador do Estado do Paraná no dia de hoje.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Artigo nº 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 14.10.96

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de votos de congratulações à Direção do Departamento de Imprensa Oficial do Estado pela passagem dos 50 anos da empresa pública.

Requer, ainda, que da decisão do douto Plenário, sejam comunicados os Diretores Énio Santangelo Mello (Geral) e José Carlos Jabur (Adjunto), à Rua dos

Funcionários, 1645, no Bairro do Cabral, CEP: 80.001-970, nesta Capital.
Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, inaugurado em 1947, abriga hoje todas as condições técnicas para oferecer à administração pública estadual o que há de mais moderno em termos de serviços dos impressos à própria edição do Diário Oficial - além de outras publicações oficiais, a informatização já atingiu todas as áreas, proporcionando aos usuários maior confiabilidade e rapidez na prestação de informações.

Os investimentos para a completa modernização da Imprensa Oficial, que este ano comemora 50 anos refletem à disposição do Governo do Estado, junto com a atual Diretoria representados por Ênio Malheiros e José Jabur, de tornar a Imprensa Oficial mais ágil e moderna.

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário a consagração na ata dos trabalhos de votos de congratulações ao Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, Capelão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pela passagem de seus 86 anos.

Requer, ainda, que da decisão do douto Plenário, seja comunicado o próprio homenageado na Capela da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A história de vida do Padre Gustavo demonstra sua disposição em ajudar o próximo. Seja como sacerdote ou pediatra, seu trabalho ganha maior dimensão no momento em que comemora 86 anos. Capelão do Palácio Iguaçu, Assembléia Legislativa e Tribunal de Justiça, Padre Gustavo está em Curitiba há 23 anos, cumprindo suas funções sacerdotais com uma invejável alegria de viver e servir.

Todos aqueles que já tiveram o privilégio de conhecer o Padre Gustavo sabem que esta é uma justa homenagem a quem sempre auxiliou seu semelhante. Aos 86 anos e em plena atividade profissional Padre Gustavo deve servir de exemplo para aqueles que ainda não encontraram seu ideal de vida.

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando o atendimento "24 horas" aos usuários daquele Instituto.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é de grande necessidade, pois preencheria uma lacuna, e faria justiça aos funcionários que vêm descontando mensal e obrigatoriamente uma parcela de seu salário ao Instituto de Previdência do Estado - IPE. Muitos dos usuários ficam sem o referido atendimento principalmente no período noturno e fins de semana, quando a maioria dos hospitais já se descredenciaram e o atendimento está sendo feito pelo ambulatório do Hospital Evangélico de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de pedido de informações ao Ilmo. Senhor Vadir Vitório Benvenuti, Presidente da PARANATUR - Paraná Turismo, que informe:

- Qual o órgão público que hoje está responsável pela área do Camping de Matinhos?

- Quem cedeu, alugou ou vendeu a área em questão, e em que condições?

- Existe algum projeto para esta área?

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Ao receber denúncia de que a área pública destinada ao Camping da PARANATUR no Município de Matinhos está sendo utilizada para empreendimentos comerciais formulamos o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de pedido de informações ao Exmo. Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, solicitando que informe:

- Quanto foi o custo das obras na Avenida Atlântica, que liga Caiobá e Matinhos?

- Quais (ou qual) as empreiteiras que fizeram as obras?

- Qual o órgão público que autorizou as obras?

- A Prefeitura Municipal de Matinhos deu anuência para que se realizassem as obras?

Sala das Sessões, em 14.10.96

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as condições de alto risco para o trânsito de pessoas e veículos, em virtude da transformação da antiga Avenida Atlântica ligando Caiobá a Matinhos por uma rua estreita, e com uma ciclovia no local onde qualquer acidente com bicicleta ou patins, pode resultar na queda do condutor na pista de tráfego de veículos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 454/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor João Paulino Vieira Filho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A personalidade de João Paulino Vieira Filho é por demais conhecida e enaltecida nos meios políticos de nosso Estado.

Sua vasta atividade nos altos cargos e funções que exerceu na administração pública o fazem dos mais merecedores a receber a outorga da Cidadania Benemérita Paranaense.

Nascido em 22 de setembro de 1921 na Cidade de Antonina/PR., onde veio a emprestar na administração pública sua capacidade, que foi pautada por denodo a causa pública, quer como Promotor de Justiça, quer como Vereador.

Em 1954, quando representava o Ministério Público nas funções de Promotor de Justiça da Cidade de Maringá, fixou residência na Cidade de Maringá, onde foi

Curitiba, segunda, em 14.10.96

eleito Prefeito Municipal por duas vezes (1960/1964 e 1976/1982).

O Curriculum Vitae que posteriormente iremos anexar ao presente comprovará a justificada medida que ora encaminhamos à consideração de nossos Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 455/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

1º - O Art. 51 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 51 - A multa prevista no item I do parágrafo 1º do Art. 66, será reduzida observados os seguintes prazos e percentuais.

a - no 1º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do imposto pago;

b - do 2º ao 15º dias contados da data indicada na letra anterior, para 5% (cinco por cento), do valor do imposto pago;

c - do 16º ao 30º dias contados da data indicada na letra "a", para 10% (dez por cento) do imposto pago;

Parágrafo Único - As multas propostas em Auto de Infração serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento) quando pagos no prazo da reclamação."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.96

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8.933/89, que dispõe sobre o ICMS, em seu Art. 51, impõe aos contribuintes, em caso de atraso no seu recolhimento, o pagamento de multas que variam de 1 a 20% até o 30º dia do vencimento.

Esses percentuais aplicados atualmente não condizem com a realidade econômica do país, uma vez que experimentamos uma estabilidade financeira com moeda forte e inflação praticamente nula.

Vale salientar que em virtude da implantação do Plano Real, as medidas econômicas impostas pelo governo provocaram alterações de ordem financeira que vêm atingindo o comércio, indústria e a produção agropecuária, trazendo em consequência o desemprego, a descapitalização das empresas, diluição de estoques, bem como a redução do capital de giro, provocando assim o empobrecimento dos setores produtivos. Com essa mudança, muitas empresas ainda estão se adaptando a essa nova realidade e não vêm conseguindo cumprir com suas obrigações no prazo legal, embora seus representantes se empenhem nesse sentido.

Para satisfazer seus débitos junto aos cofres públicos, evitando a inadimplência e o pagamento de elevadas multas, muitos empresários são levados a utilizarem-se de empréstimos junto a instituições financeiras acrescentando ainda mais o passivo da empresa, inviabilizando-as, e trazendo consequências negativas tanto para o governo que não mais arrecadará da empresa com o seu fechamento, quanto para a sociedade que terá mais desempregados em seu meio.

Diante do exposto entendemos que a redução dos percentuais contidos na lei em referência, na forma como propomos neste projeto de lei, não prejudicará a arrecadação do ICMS e proporcionará condições das empresas satisfazerem suas obrigações, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno

Expediente concedo a palavra ao Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhores Deputados.

Faço uso do espaço na tribuna hoje e quero ser muito breve, apenas para registrar com muita felicidade, porque parece que o que comentamos com frequência aqui na Assembléia Legislativa começa a encontrar eco na imprensa do Estado do Paraná.

A página 6 do Jornal "Gazeta do Povo", de sábado, dia 12 de outubro, traz no editorial, um assunto que particularmente discuto com uma certa frequência nesta Casa. Inclusive a nossa Comissão, a Comissão de Segurança Pública nesta Casa, realizou durante o chamado recesso branco da Casa, um "1º Encontro Sobre Segurança Pública Participativa". Tivemos aqui no Plenarinho da Assembléia, perto de cem pessoas, que vieram de todas as regiões do Estado o Paraná, para participar sobre uma discussão de Segurança Pública Participativa.

Então o Jornal "Gazeta do Povo" registra no seu editorial, inclusive quero pedir para que esse Editorial do Jornal Gazeta do Povo de sábado seja arquivado aqui na Casa, na sua íntegra, porque acho de extrema importância para quem mora aqui em Curitiba e na Região Metropolitana. Visto que estamos a cada dia que passa nos assustando mais. Por exemplo, o Jardim da Ordem, o bairro Tatuquara, toda aquela região sul da cidade de Curitiba, aflita e apavorada com a falta de segurança pública. Em cinco dias tivemos três casos de assassinato. Um dos assassinatos, de um comerciante que abria a sua panificadora as sete horas da manhã.

Então, é realmente um clima de intranquilidade na Região Metropolitana de Curitiba, por total ausência da nossa segurança pública.

Quero registrar porque o Editorial da Gazeta do Povo destaca inclusive, a reunião que tivemos aqui no Plenarinho da Assembléia Legislativa, onde diz:

"Em recente seminário convocado pela Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, as representações da comunidade paranaense foram unânimes ao pedir repressão mais eficaz contra essas coisas".

Então, veja bem. A questão de quinze dias atrás, aqui na capital do estado tivemos um homem assassinado, membro do Ministério do Trabalho, seria segurança do Ministério do Trabalho. Depois as pessoas que mataram esse cidadão foram durante a missa de sétimo dia, e tentaram matar o seu filho. Imaginem vocês, um confronto, um tiroteio na frente de uma Igreja Católica no Jardim Santa Bárbara. Na ocasião um menor foi morto. Então parece coisa da antiga Itália, ou seja, aquilo que vimos e assistimos há muitos anos atrás e assistimos hoje nos filmes da Máfia.

A coisa é apavorante na medida que temos no Jardim da Ordem, no Jardim das Américas, a cada dia que passa, um confronto maior ainda.

Então, quero pedir aqui o registro deste Editorial do Jornal "Gazeta do Povo", aqui nesta Casa, e quero aproveitar este espaço e implorar e pedir para que o nosso governo melhore realmente as condições de trabalho da nossa segurança pública.

Porque recebo no meu gabinete, dezenas e dezenas de abaixo-assinados, Deputado Vanhoni, e o Senhor foi candidato a Prefeito desta Cidade, pode ouvir nas ruas da cidade o clamor da população por segurança, principalmente os bairros, a Região Metropolitana de Curitiba, então, é um absurdo convivemos com este clima de intranquilidade. Quero aqui pedir, aproveitar o espaço da tribuna de hoje, pedir pelo amor de Deus, para que o nosso Governo do Estado volte seus olhos à segurança pública, não podemos mais conviver com isso.

Quero pegar um exemplo: o Município de Colombo,

o Guaraituba, foi um bairro de Colombo, Deputado Luiz Carlos Martins, são 110 mil habitantes é a Guarapuava do nosso querido Cezar Silvestri que está aqui e que foi vencedor no último pleito.

Olha, em Guarapuava tem um batalhão da Polícia Militar, tem Hospital, tem Agência do BANESTADO, tem Delegacia, tem Distrito Policial, tem Instituto Médico Legal, enfim tem toda a estrutura do estado.

O Guaraituba, um bairro de Colombo com 110 mil habitantes, com o mesmo número de habitantes de Guarapuava tem uma delegacia pequena e uma viatura apenas.

Então, essas condições nós podemos passar, Deputado Cezar Silvestri.

Então, é por isso que como Deputado de Curitiba e da Região Metropolitana tenho por obrigação vir aqui e pedir para que esse registro fique aqui nesta Casa, nos Anais desta Casa, no Editorial do Jornal "Gazeta do Povo" que trata sobre segurança.

Precisamos melhorar e muito a nossa segurança em Curitiba e Região Metropolitana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Quero ocupar esta Tribuna, aqui, não com veemência que acabou de fazer o Deputado Ricardo Chab, como grande jornalista que é, comunicador, homem do rádio, da televisão e que certamente dispõe de recursos pessoais muito mais eficientes do que eu para se comunicar.

Mas, eu queria Senhor Presidente, Senhores Deputados chamar a atenção desta Casa para um assunto da maior gravidade e que deve merecer por parte de cada um dos Senhores, Deputados, uma profunda reflexão sobre uma decisão tomada, Deputado Péricles, pelo Secretário de Estado da Educação. E, eu com grande satisfação vi que o Conselho Estadual de Educação no último dia 11 (onze) de outubro fez na verdade valer aquilo que tem se escutado nos colégios, e principalmente nas pequenas e médias cidades do interior do Paraná, porque pretende o Secretário de Estado da Educação não receber nenhuma matrícula para o ano de 1997, para os cursos profissionalizantes do 2º grau.

Pretende o Secretário, pura e simplesmente, Deputado Vanhoni, extinguir a recepção de novas matrículas para quaisquer dos cursos profissionalizantes em todas as áreas e, principalmente, sabemos todos nós do valor que tem em cada comunidade deste Paraná da implantação, se não é ideal e se precisa, e que precisa sim de reformas o ensino profissionalizante seguramente não será através de uma medida de força autoritária que se pretenda excluir do currículo escolar o ensino profissionalizante.

Não está amparado o Secretário de Educação em nenhuma lei ou na atual LDB que tem na verdade muito claramente para o País inteiro uma única regra, que é de "ministrar o ensino profissionalizante específicos para as carreiras do 2º grau, Deputado Zuk. E pretende o Secretário Ramiro W. sabe lá Deus se movido pelas boas intenções que seria claro a criação de centros de ensino profissionalizante ou das más intenções que é de beneficiar a escola privada, porque as escolas privadas poderão sim continuar cumprindo a regra que é válida para todo o território nacional. E eu andava, Deputado Alborghetti, no finalzinho de campanha em alguns municípios e muitos pais que já haviam procurado colégios estaduais para matricular seus filhos no primeiro ano do segundo grau e já não conseguiam eles fazer as matricu-

las.

Então, há a necessidade absoluta desta Casa aqui se manifestar num assunto que é da maior seriedade e preocupação, porque não é possível que por um ato, um ato absolutamente que não permeia a discussão nas instâncias democráticas, que não tem e tenho aqui na verdade a preocupação externada na proposição nº 4/96 do Conselho Estadual de Educação, assinada por todos os Conselheiros, com exceção do seu Presidente, que por uma questão ética até de ser partidário do Governador, não quis assinar, mas que implicitamente também está profundamente preocupado que é o Professor Paulo Maia, preocupado com esta decisão que está sendo tomada pelo Secretário de Estado da Educação.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de encaminhar à Mesa um requerimento no sentido que esta Casa possa trazer o Secretário Ramiro W... e que democraticamente ele possa debater qual é a solução para que nós possamos ter a substituição do ensino profissionalizante hoje na forma como ele é ministrado, por um sistema novo que ainda não está implantado, ou seja, se há que se fazer uma transição se faça essa transição por alguma coisa que já existe.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Uma pequena sugestão: acho que seria bom também que neste requerimento que V.Exa. está pedindo a presença do Secretário para discutir os problemas do pós-médio, a implantação do pós-médio, antes mesmo de que a LDB seja aprovada e referendada que o senhor adende ao Conselho Estadual de Educação também que seja ouvido pela Assembléia Legislativa, ao Presidente do Conselho e aos seus membros para que venham aqui e possamos elucidar um pouco mais essa discussão aí da implantação do pós-médio e da extinção dos cursos profissionalizantes.

O Sr. Péricles de Mello - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento) - Quero cumprimentar o senhor pelo seu discurso. Na verdade nós votamos um empréstimo (?) internacional para a reforma do ensino médio nesta Casa e é o que está executado pelo Governo do Estado. Uma das questões que nós levantamos e eu estive na reunião do Conselho Estadual de Educação é o fato de o Governo não ter consultado os interessados que são os professores e estudantes de segundo grau. Em Ponta Grossa no mês de junho percorri as escolas e os próprios Diretores não sabiam do que ia acontecer. Então esta é a primeira crítica que fizemos, a forma de ação do Governo, o método de implantação da reforma do ensino médio.

A Segunda questão, é verdade o que o senhor diz, que enquanto não for votada a nova lei do ensino técnico, as escolas privadas poderão continuar ofertando cursos profissionalizantes, o que não vai acontecer com a escola pública. E tem questão mais grave. Na verdade o pós-médio vai se transformar num curso de preparação de mão-de-obra conforme as exigências tão somente do mercado pura e simplesmente e há toda uma questão filosófica por trás desta discussão complexa e a grande crítica que nós temos sem dúvida nenhuma é que está sendo implantado de forma muito rápida sem que os principais interessados possam ser ouvidos. Quero cumprimentar o senhor por esta discussão, por trazer esta discussão a esta Casa e também pelo requerimento que merece o nosso apoio, de toda a bancada do nosso Partido de trazer o Secretário e também os membros do Conselho de Educação para discutir com profundidade este assunto tão importante para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero agradecer o aparte do Deputado Péricles, Deputado Vanhoni e dizer que como um Parlamentar que nesses primeiros dois anos tem mantido uma postura de Oposição, Senhor Presidente, não compareço aqui nesta tribuna como um oposicionista.

Venho na verdade manifestar uma profunda preocupação, porque não é possível, que assistamos o desmonte de todo um aparato que já existe.

Os Senhores Deputados já devem ter recebido manifestações sobre esta questão e, seguramente é impossível imaginar, que os municípios paranaenses vão ficar sem o seu curso de Magistério, sem os seu curso de Contabilidade.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobre Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, vou encaminhar este requerimento, de convocação do Secretário Ramiro Wahrhaftig e, inclusive, na esperança de que esse requerimento possa fazer com que o Secretário até antecipe e venha aqui, nesta Casa, para discutir junto com o Conselho Estadual de Educação, bem lembrado pelo Deputado Ângelo Vanhoni, para que possamos esclarecer quais são os procedimentos, que a Secretaria de Estado da Educação tem. Qual é a solução que ela tem para extinguir, sem criar absolutamente nada de alternativa, pelo menos no ano de 97.

Senhor Presidente, Senhores Deputado, agradeço a atenção e espero a acolhida e o apoio ao requerimento de colocação, que estamos apresentando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Deputado Luiz Carlos Alborghetti usou parte do Horário do PMDB e, por isso, ele irá, logo em seguida usar a palavra. E o Deputado Luiz Claudio Romanelli usou parte do Horário do PMDB e, por isso, ele pôde conceder os apertes aos ilustres Deputados Ângelo Vanhoni e Péricles Mello.

Anunciamos em nosso meio a presença do ilustre Deputado Federal, do vizinho de Maringá, seu ex-Prefeito, que aqui nos honra com a sua presença e acompanhado de seus auxiliares.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores Deputados, ouvia atentamente a voz do Deputado Chab. Lamentavelmente, a voz do Deputado Chab não vai sair do concreto, que foi edificado por mãos curitibanas, ao fazer o Plenário e as instalações da Assembléia Legislativa do Paraná.

O editorial da Gazeta do Povo, um dos grandes jornais do País, não chegará ao pobre, à favela, ao conjunto habitacional, aos bairros, às vilas. O que é que vai chegar lá? É a sua voz, na Rádio Cidade, porque Vossa Excelência é campeão de audiência. E me permita, sou o campeão na televisão do Paraná, segundo o IBOPE de sexta-feira. Não tenho culpa, como o senhor não tem culpa de ser o grande campeão do rádio do Paraná. Quando se fala em Chab, se fala em denúncias, política, polícia e informações.

Deputado Chab, sou Governo. Sou Governo, porque não cuspo no prato em que como. Como fui Governo na época de Álvaro e outros Governos que passaram, mas nada me impede de vir aqui e fazer críticas construtivas, quando necessárias forem, a quem quiser, dentro do Palácio do Governo. Porque não tenho rabo preso com ninguém e também não fui "desmembrado com garra".

Senhor Chab, estou falando com Vossa Excelência. Eu, ao ouvir os programas de televisão do meu

candidato Cássio Taniguchi, e de um outro irmão que gosto e que aprendi a amar, Deputado Vanhoni, aprendi a gostar desse moço. Esse moço fez uma campanha política da maior descência da história de Curitiba e foi uma votação espetacular, e a sua proposta de Governo não era do Senhor Paulo Maluf, a sua proposta de Governo era de um grupo ligado à sua assessoria.

Via no programa de Governo de Vanhoni, via no programa do Cássio, via no programa do Deputado Max Rosenmann que também merece o meu respeito, mas achei um programa um tanto violento, gostei mais da participação do Deputado Luiz Claudio Romanelli nas propostas da Habitação. E depois o Deputado Max ele retrocedeu, ele viu que não era ali o caminho, mas o caminho eram as propostas que o Deputado Romanelli apresentava na televisão.

Mas resumindo, Deputado Chab, todos os programas, inclusive em Londrina - aqui eu gravei dois programas para o TRE, eu e o Deputado Luiz Carlos Martins, em Londrina gravei também para o TRE, e gravei vários telões no Paraná. E em todos os lugares que eu passava, inclusive nas propostas que eu via em Maringá do Deputado Joel Coimbra, do Secretário Silvio, irmão do Deputado Ricardo Barros - que é um excelente Parlamentar que temos em Brasília. E também acompanhei o Secretário Jairo Gianotto, a quem eu apoiei em Maringá.

Em todos os programas, Deputado Chab, eu ouvia falar de segurança. Ouvia falar que temos que ter um módulo policial, viaturas, que temos que ter isso, aquilo. Olha, Deputado Chab, realmente eu ficava sonhando com essas propostas mirabolantes. Deputado Chab, se for colocado em prática, em cada bairro da Capital do Paraná, em cada bairro de Londrina, de Maringá, um módulo descente, com duas viaturas descentes, com armamento descente, com fardamento, com coletes a prova de bala, com carros velozes - porque os bandidos andam mais bem armados do que a própria polícia, têm coletes a prova de bala, enquanto a nossa Polícia Civil, a nossa Polícia Militar, com algumas caminhadas já avançadas, ainda necessitam do clamor, da providência.

Se tivéssemos, como nos países do primeiro mundo em cada rua uma viatura rodando - não sei se Vossa Excelência tem o hábito, eu tenho, eu sou um "vídeo maníaco" em termos de segurança, correspondo-me com a Embaixada Americana, tudo que se trata de segurança eu procuro comprar, trago, exijo. O Deputado Antônio Ueno - acho que os Senhores conhecem, tem me ajudado muito em Brasília, e conseguindo - inclusive agora o Deputado Antônio Ueno está me trazendo um documentário a respeito do Sistema de Segurança no Japão.

E tenho aprendido muito, mas muito na área de Segurança, e vejo a sua preocupação Deputado Ricardo Chab.

Mas o que me dói é que o Diretor da Polícia Civil, Dr. Toleb, ele não nasceu para ser Diretor da Polícia Civil, ele é muito..., vamos resolver, vou lá no Anibal - Deputado Anibal o Alborghetti está pedindo... não estou mentindo, eu respeito o Delegado da Polícia Civil, Dr. Toleb, mas ele é um "gentleman", ele é calmo, para ele está tudo bem, está maravilhosamente bem, a segurança está linda maravilhosa, está na hora de fazer uma ciranda dos Delegados de Polícia, Deputado Chab, está na hora de trocar o Delegado da Furtos de Veículos, o Delegado de Tóxicos, o Delegado de Maringá - está há vinte anos lá, porque é que não tiram o homem de lá, não entendendo isso, o Delegado de Cascavel Dr. Rosinha não sai de lá, sentou na cadeira e aqui ninguém me tira, sério Dr. Rosinha, o Delegado de Maringá ninguém consegue tirar o homem de lá, não entendendo o que é que tem o homem, tem ouro. Não tá ciranda, Deputado Chab, temos que tirar o Delegado de Colombo, passar para Piraquara, tirar

o de Pinhais passar para Colombo, tirar o de Cambé passar para Rolândia, tirar o de Rolândia passar para Ibioporã, tem que haver uma ciranda, Deputado Neivo, uma ciranda de Delegados do Paraná, e não há, meu Deus do Céu, não há.

E você vai à televisão e faz uma crítica, sabe o que é que acontece? Eles vêm todos correndo no Anibal, Deputado Anibal, o Alborghetti me deu um cacete hoje, ele quer me derrubar. Eu não quero derrubar ninguém, você também não quer derrubar ninguém. Ora, queremos que haja uma ciranda, queremos ver os módulos policiais construídos, queremos ver a Delegacia de Antitóxicos, ser a melhor do Brasil. Por incrível que pareça, ainda temos a melhor Polícia do Brasil aqui no Paraná, a melhor Polícia Militar, o melhor Poder Judiciário, o melhor Ministério Público, os melhores professores, os melhores Deputados deste País estão aqui no Paraná. Temos que respeitar que o melhor Estado desse Brasil ainda é o Paraná. Sou paranaista, não tive ele como berço, mas vou tê-lo como túmulo, vou ser enterrado neste Paraná, que dou a minha vida, a minha alma, porque aqui passei fome, aqui venci, aqui nasceram os meus filhos e aqui nasceram os meus netos, e vou morrer, mas agora ninguém vai calar a minha boca não! Porque sou do Governo, e não virei aqui para dizer amém, amém, não!

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Alborghetti, ouço atentamente o seu pronunciamento na tarde de hoje. V. Exa. fala sobre um tema que domina muito bem, que é o tema de segurança pública, eu na verdade, sou movido nesse tema pelas Lideranças que represento na Região Metropolitana. Sempre quando um Prefeito que represento, Vereadores começam a reclamar da Segurança Pública, começo então a me preocupar, porque a comunidade está se manifestando.

Há pouco tempo atrás, participei de uma sessão na Câmara de Vereadores no Município de Colombo, onde na oportunidade estavam presentes alguns moradores do Distrito de Guaraituba, manifestações das mais diversas, e aliás fiz um fax imediatamente para o Secretário de Segurança dizendo o seguinte: "nos meus quatro mandatos de Parlamentar, jamais vi acusações tão graves contra a segurança, como ouvi naquela sessão no Município de Colombo". Pois bem, fiz o fax, telefonei dois ou três dias depois e cobrei do Secretário e ele me disse que não recebeu o fax, fez de conta que esqueceu a audiência que eu tinha tido com o Prefeito de Colombo, para relatar fatos gravíssimos. Pedi que afastasse o Delegado "calça curta" de Guaraituba; não foi afastado. Agora, arranjaram um cargo de assessor do Delegado Geral do Paraná para aquele Delegado que respondia pela importante Delegacia do Município de Guaraituba.

Portanto, o Secretário de Segurança Pública não merece a minha consideração, o meu respeito, e aliás tenho que dizer aos Senhores Deputados que, o Secretário Cândido está abusando do seu poder, porque não atende Deputado, não atende as Lideranças, não atende as reclamações da população e está contratando carros de aluguel por altíssimos salários por mês. Os carros estão sendo alugados pela Secretaria de Segurança Pública são super faturados. E, está satisfação ele tem que dar aos Deputados do Paraná. Quero saber por que a Secretaria de Fazenda gasta mais de quinhentos mil dólares por mês de aluguel de veículos? E, um Secretário que sequer tem a consideração de receber um Deputado eleito pelo povo e dar uma satisfação. Pois, se venho com uma reclamação é a reclamação da população e não de interesse deste Deputado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Agora tem uma

Mas, que Diretor é esse? O cara tem que ter personalidade. O cara quando assume um cargo no Parlamento ou numa Secretaria tem que ter a cara limpa e dizer: "o jogo aqui é meu"; "o Delegado vai sair daí e vai para lá"; "não quero"; "dane-se"; "vou falar com o meu Deputado"; "vai falar com quem quiser". Pois esse negócio de Deputado tirar de lá, nomear para cá, não é para isto que estamos aqui. Mas, parabênzo o Deputado Neivo Beraldin, porque afinal de contas ele foi chamado e a obrigação dele enquanto Deputado é ouvir.

Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado Alborghetti, o Deputado Ricardo Chab abordou o problema da segurança, que é um problema grave. Eu nessa caminhada que fiz, percorri bairros da Cidade de Curitiba, não tive a oportunidade de ir à Região Metropolitana. Mas imagino que deva ser mais gritante do que na Capital do Estado o problema da segurança. Vossa Excelência deve conhecer melhor do que eu, porque percorre os municípios da Região Metropolitana, tanto quanto o Deputado Ricardo Chab. Mas tive o cuidado de pensar pelo menos, inclusive, fruto de debate aqui na Assembléia e da convivência que tive com os Senhores durante esses dois anos, de algumas medidas, com o que uma Prefeitura Municipal poderia ajudar a melhorar um pouco o problema da segurança. Tenho cá comigo - o problema de segurança na sociedade moderna, não vai se resolver nunca, simplesmente, com a polícia. As causas são maiores, mais profundas, é questão de cultura, é questão de educação, é questão de salário, dignidade para as pessoas. Acho que aí, a convivência humana tem outro padrão de vida e a criminalidade diminui.

Mas enquanto, essas causas profundas não são atacadas, acho que o Estado, o município, o Governo, têm que procurar diminuir. E qual é a forma de diminuir? Acho que com a presença da polícia, de uma maneira mais ostensiva, mais preventiva, perto das comunidades.

Então estive fazendo um cálculo. Curitiba tem setenta e cinco bairros. Desses setenta e cinco bairros, tem alguns que o Índice de criminalidade é muito grande e outros bairros que o Índice de criminalidade é menor. Então, eu mais ou menos fiz um cálculo, do ponto de vista do orçamento do nosso município, e pude oferecer à população da nossa cidade e quando postulei a candidatura a Prefeito, que se Prefeito fosse ou mesmo não sendo, é uma proposta que deixo para o futuro Prefeito eleito, Cássio Taniguchi, a possibilidade concreta de construir. Se são setenta e cinco bairros, dá para construir porque cada módulo policial custa perto de três mil reais, dá para construir tranquilamente com o dinheiro da Prefeitura Municipal de Curitiba, perto de dois módulos para cada bairro. Além disso nos bairros mais populosos, você pode concentrar até três módulos. Dois para cada bairro, a três mil, dá seis mil. Isso vai dar um custo para a Prefeitura Municipal, as contas que fiz perto de quinhentos mil reais.

Deputado Alborghetti, quinhentos mil reais, para uma Prefeitura que gasta catorze milhões e quatrocentos mil reais, quinhentos mil reais para construir os módulos da Polícia Militar. Um módulo, colocando três policiais militares e uma viatura, se o Governo do Estado não tiver dinheiro, para comprar uma viatura, 150 veículos para a Polícia Militar estar em cada módulo. Posso dizer para o Senhor o seguinte: com mais trezentos mil reais a Prefeitura de Curitiba pode oferecer isso ao Governo do Estado. A única exigência, que o Município de Curitiba pode fazer é de que o Governo do Estado retire a Polícia Militar dos quartéis e coloque perto da comunidade. Para prevenir um pouco mais o índice de criminalidade tão gritante na nossa cidade.

coisa que não sei se vocês vão concordar comigo, nas minhas caminhadas na área política, Deputado Chab, acho que Vossa Excelência concorda comigo, não há necessidade do Alborghetti ligar para o Diretor da Polícia Civil pedindo para trocar o Delegado de uma cidade para outra. Não, não há necessidade. Porque na época que era o Governador Roberto Requião, o Deputado José Maria Correia mandava, ele era o Diretor e não tinha colher de chá, "vai haver ciranda no Paraná e pronto. Quem não estiver satisfeito vai para o corredor, não vai ter vício não. Vício com desmanche, vício com tráfico, vício com jogo do bicho".

Ora, agora é diferente, está tudo bem, está tudo calmo, está tudo limpo, está todo mundo quietinho nas suas cidades, se você fala em trocar um delegado de uma cidade, logo falam não, porque pode dar complicação.

Isso sendo feito aqui com o dinheiro do município fica liberado o Governo do Estado, para atender a Região Metropolitana. Como o bairro de Guaraituba, como a região de Almirante Tamandaré, um índice muito grande do Paraná. Todo o Paraná. Acho que dá para fazer de uma forma consorciada, entre o município e a Capital do Estado que é rico e o Governo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ouvi o Senhor falar na televisão. Aliás isso ouvi o Senhor falar no meu programa de televisão. Onde debatemos isso aí. O Senhor tem números fantásticos a respeito da Prefeitura. Isso me deixa até feliz de ver esses dados que Vossa Excelência tem, que realmente se fossem colocados em prática, a segurança na capital seria outra, de Londrina seria outra, de Maringá, de Cascavel e de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado. Vossa Excelência veio abrilhantar o meu desabafo dessa tarde.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Alborghetti, primeiramente gostaríamos de cumprimentá-lo pelo assunto que traz à tribuna no dia de hoje. O Deputado Ricardo Chab e também, aqui com todo o respeito, mas que nos impressiona e até assusta a posição do Deputado Beraldin a esse respeito. Ontem assisti a um comercial na televisão, do Governo do Estado, que é uma fantasia. Quando aparecia uma enormidade de viaturas. Nesse programa aparecia a Polícia Militar equipada, o Grupo TIGRE e etc. Quem assiste lá no interior a todo esse comercial do Governo do Estado, ele vai perceber duas coisas, primeiro que o Governador Jaime Lerner está trazendo a polícia às ruas, aos bairros e às cidades. No caso específico da nossa cidade onde não acontece nada há dois anos, eles vão tributar esse fracasso da segurança ao Deputado do município e ao Prefeito. Está aí a resposta dada pelas urnas, onde 80% dos Prefeitos, o Paraná perdeu a eleição, porque a televisão mostra uma fantasia que na realidade não existe.

Gostaria de abordar um outro aspecto com respeito ao Secretário de Segurança. Tem cometido alguns casos que tem que haver uma reflexão por parte dessa Casa, talvez convocá-lo para vir aqui, para explicar todo esse comercial desse policiamento e também porque em casos muito drásticos, como no dia da eleição na Fazenda Rio Grande, ele retirou o Delegado durante o dia e mandou para lá uma enormidade de policiais do P-2, da Casa Militar, etc. São coisas assim que têm que ser levantadas.

Com respeito à substituição do Delegado de Polícia, concordo plenamente. Estou apresentando um projeto nesta Casa, onde, a exemplo do que já se exige do Prefeito e no caso vamos exigir do Governo, que quando se criar uma Comarca no interior, tem que se construir a

Casa do Juiz e a do Promotor. Ora, o Juiz ganha mais do que Deputado. O Promotor ganha um salário altíssimo também. Não há razão de se obrigar o Prefeito a construir a casa e ceder gratuitamente ao Promotor e ao Juiz. Agora, estamos apresentando um projeto, onde, no interior o policiamento tem que contar com uma casa, uma casa construída pelo Governo do Estado. Por exemplo, lá em Jandaia terá trinta casas. Essas trinta casas são reservadas à segurança do município, porque um policial ganhando quinhentos reais por mês não pode pagar aluguel e se submeter ao Capitão, ao Deputado que o substitui. É uma mudança para cá, uma mudança para lá, nunca fica ali para ter amizade, nunca tem uma amizade com a comunidade. Então o nosso projeto visa precisamente isso, que se construa a casa para que o policial, seja civil ou militar, more gratuitamente, paga pelo Estado ou que seja feito um financiamento subsidiado a essas policiais.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Entrei com um projeto descentralizando o Paraná. Ao invés da viatura vir quebrada de Londrina para ir para um cemitério, a viatura tem que ser consertada lá em Londrina. Entrei com esse projeto na primeira legislatura. O Deputado Rossoni lembra disso. Tivemos em Londrina a Central de Abastecimento, postos de gasolina, funilaria, pintura. Toda a região de Londrina levaria as viaturas para Londrina. Todas as cidades da região de Maringá levariam as viaturas para a Central de Abastecimento de Maringá. Toda a região levaria para a terra do Deputado Jocelito Canto, lá em Ponta Grossa o Governo criaria a Central de Abastecimento. O Deputado Jocelito não iria se preocupar com a polícia. Quebrou a viatura, fundiu o motor, vai para a parte mecânica. Tem que fazer a lataria, vai para a pintura. Tudo lá, tudo na Central de Abastecimento. Quando fiz esse projeto, me chamaram de louco, disseram que o Governo não tinha dinheiro. O Deputado Annibelli sabe disso, votou e debateu comigo nessa Casa. Diziam que eu vivia num País de primeiro mundo.

Em segundo lugar apresentei um projeto criando a psicóloga, a assistente social e o setor das delegacias da polícia. Quando se prende um filho nosso, é viciado, é traficante

então tem a sala do promotor público dentro da delegacia de polícia nos países de primeiro mundo, tem o promotor público para fiscalizar a polícia. Tem a assistente social, tem a psicóloga, tem todo um aparato para saber se é traficante, imediatamente já manda para o IML para fazer uma bateria de exames para saber se é viciado. Se é viciado a psicóloga conversa com ele na sala. Imediatamente a assistente social vai buscar a família, imediatamente o representante do Ministério Público. Porque temos que saber que o promotor, o Promotor Público, primeiro Deus e depois o Poder Judiciário. Temos que acreditar na polícia. Na justiça. Temos que ter um Promotor Público, ali, para acompanhar.

Apresentei uma série de idéias nesse Parlamento. Disseram que eu era louco, que eu vivia num País de primeiro mundo. Participei do lançamento desse último Programa do Governador Jaime Lerner, realmente as viaturas foram compradas, isto eu vi, acompanhei, de perto, agora não sei se vai satisfazer todo o Estado do Paraná. Não sei.

Agora, problema de segurança é muito grave, Deputado Cartário. Nós temos que tirar as polícias dos quartéis e levar às ruas. Temos que tirar dos quartéis mas temos que pagar um salário que presta para o policial, meu Deus do céu! É difícil de entender que um policial não vive com 200 reais por mês? Vai comprar o quê para comer? Vai pagar aluguel com o quê?

Para quem viu o Jornal Nacional, 30 soldados por

mês são internados em São Paulo viciados em craque. Como é que você vai acreditar na polícia? Aí o jornal mostrou um dos policiais que disse: "tenho problema em casa, moro numa favela, não tenho revólver, querem que eu compre revólver, querem que eu compre balas, o colete. Me pagam um salário de miséria, então puxo o fumo mesmo, cheiro e vou". Isso aí saiu na Rede Globo essa semana, todo mundo viu. Como disse o Deputado Ângelo Vanhoni: problema de violência, para acabar com a violência neste País você tem que dar escola, tem que começar tudo de novo, temos que morrer todos e começar tudinho de novo. Com cultura, educação, saúde, geração de emprego... começar tudo de novo. Concorde com o Deputado Vanhoni com o problema da violência. Agora, problema de segurança pública é outra história.

Tem o aparte o Deputado Chab.

O Sr. Ricardo Chab - Tivemos em nove dias em Curitiba, dezoito assassinatos, uma média de 2 assassinatos por dia. Um dos índices mais elevados até hoje. Faço reportagem policial desde 79 aqui na Capital do Estado e não lembro de ter uma média de 2 crimes por dia na Capital do Estado em 9 dias consecutivos.

Se for pegar a estatística do necrotério do Instituto Médico Legal, é uma estatística trágica. E olha que estão matando por atacado. Porque duplo homicídio nós tivemos 2 em uma semana. Quero entrar aqui rapidamente num aparte feito pelo Deputado Ângelo Vanhoni, pelo Deputado Geraldo Cartário. O que me chama a atenção, é que a cada vez mais se transfere a responsabilidade da segurança para os municípios. Os municípios estão fechando as suas portas e querem transferir ainda a responsabilidade para os municípios, espere um pouquinho.

Não é a toa, que tem um Deputado que inclusive é candidato a Vice-Prefeito do Pitta, em São Paulo, e que é Deputado Federal, que tem um projeto, cuja cópia já tenho comigo, tem um projeto em Brasília, da municipalização da polícia. Então, nós vamos passar a discutir isso aqui, porque afinal de contas querem transferir ao combustível, querem transferir, o Deputado Jocelito agora eleito em Ponta Grossa, vai ter que dar dinheiro para arumar a viatura, porque o comandante da PM fala para ele: ou se aruma a viatura, a viatura não anda, é exatamente o que o senhor colocou, a questão da descentralização, então, eles querem repassar tudo ao município. O município por seu lado diz que não tem dinheiro, porque não podem pagar salário do professor, tem município que está atrasado o salário, como é que faz? Então, a coisa começa a complicar e o que a gente vê é o crescimento da violência, como o senhor colocou. Só a título de esclarecer a sua participação que eu achei muito importante nesta discussão hoje da segurança, porque afinal de contas a população dos bairros de Curitiba, a população da região metropolitana está realmente sem dormir, a preocupação é muito grande. Obrigada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar

Senhores que eu estou no Grande Expediente, ainda tenho um tempo grande, vou divagar aqui uma poesia, Deputado Jocelito, que é repórter como eu, e eu me orgulho de ser carrapixo de polícia, porque o verdadeiro carrapixo de polícia é aquele que, a faculdade dele é dormir no plantão de uma Delegacia de Polícia, que é palco de dramas e de comédias. O verdadeiro repórter policial tem que aprender a fazer polícia dormindo no plantão de uma Delegacia de Polícia, aí pode vir falar aqui nesta tribuna o que é que é polícia. Como o Chab já dormiu, eu dormi por muitos anos na minha vida, porque a polícia não tem uma bola de cristal para adivinhar qual é o Banco que vai ser assaltado hoje e quem é que vai ser assassinado hoje. Questão de violência como disse o Vanhoni é um caso de Governo Federal, estrutura fede-

ral, estrutura tem que vir lá de cima para resolver o problema da violência.

Agora, o problema de segurança. Vamos sair todos nós agora, vamos ver se nós achamos um policial militar, a não ser na porta do Palácio? Eu rasgo meu diploma de Deputado. Nós vamos daqui até a Rua XV, se nós vemos um policial eu renuncio meu mandato.

Mandei fazer um teste hoje e mandei filmar daqui até lá para ver se eu achava um policial militar, não vi um. Aí mandei fazer o Alto do Boqueirão, filme a avenida inteira do Boqueirão, para ver se acha um policial. Segundo o Siboney, me ligou agora há pouco, não acharam um até agora. Se houver um assalto, uma tentativa, onde é que está a polícia? Está nos quartéis, Chab. Nós temos que tirar a polícia dos quartéis, trazer para as ruas e em cada esquina um ou dois como queira o Deputado Ângelo Vanhoni. Agora, não com a responsabilidade do município. Não. Com a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná. Porque o seu Jocelito Canto vai assumir a Prefeitura de Ponta Grossa, ele tem coisas mais importantes do que se preocupar com uma viatura que está fundida, isto é problema do Governo do Estado do Paraná. O Senhor Jocelito Canto tem que se preocupar com a educação do seu município, com a saúde do seu município e colocar as propostas que ele apresentou na televisão em prática, a segurança de Ponta Grossa tem que ser colocada em prática Deputado e Prefeito Jocelito, pelo Governo do Estado do Paraná, tem um aparte V.Exa.

O Sr. Jocelito Canto (Aparte) - Só gostaria de dizer a V.Exa. que Ponta Grossa depois da mudança do comando da Polícia Militar, onde se trouxe um coronel jovem e moderno, mudou muito a segurança em Ponta Grossa hoje. O Coronel Arantes que está no comando do 1º DP de Ponta Grossa. No começo foi um "Deus me acuda", quando ele tirou a polícia do quartel e levou para a rua, os policiais até reclamaram, mas melhorou muito a segurança em Ponta Grossa quando foram reativados os módulos que estavam parados, e os militares foram colocados nas ruas, diminuindo até o número de ocorrências policiais que costumava ser de 15, 16 por dia, no rádio, hoje caiu para 4, 5.

Em Ponta Grossa, hoje, apesar dos acontecimentos, é uma das cidades mais calmas do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mas, quem fez isso?

O Sr. Jocelito Canto - A Polícia Militar.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mas com o dinheiro de quem?

O Sr. Jocelito Canto - Dinheiro do Estado e com ajuda...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Então, só Ponta Grossa que está sendo beneficiada. Mas V.Exa. está de parabéns. Aleluia, Aleluia! Salve Ponta Grossa, aleluia!

Porque os outros municípios, os módulos policiais estão desativados, a minha Londrina está desativada, a minha Curitiba, a minha Maringá, eu sou Deputado do Paraná, tive votos em todas as cidades do Paraná. Onde tive um voto, eu tenho responsabilidade com esse eleitor que votou em mim, Deputado Jocelito. Aleluia a Ponta Grossa! Salve Ponta Grossa! Agora, lamento profundamente e para finalizar, Deputado Romanelli, vou fazer um expediente hoje ao Palácio e dizer a eles: "Senhor Governador do Paraná, coloque em prática o programa de segurança de Ponta Grossa para servir de exemplo à

família brasileira do Paraná. Muito obrigado e boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anunciamos em nosso meio a presença do ilustre Prefeito eleito de Imbituva, José Antonio Pontarolo, acompanhado do ex-Vereador Osni Muller. Como também a presença do Vereador Leomar Pimentel e do nosso ex-candidato a Vereador Nelson K.

Encerrado o Pequeno e o Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças PDT, PFL (todos declinam).

PSDB, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, não iria falar, mas depois do pronunciamento espetacular do nosso querido Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu até vou fazer um "lobby" aqui como futuro Prefeito de Ponta Grossa, nós vamos ter que aumentar o sinal da TV Independência para assisti-lo melhor, Deputado pode ter certeza que é um compromisso do Prefeito.

Mas, nunca se esqueça de falar de Ponta Grossa, bem ou mal nós precisamos falar de Ponta Grossa aqui; mas tenho certeza que sempre vai se falar bem.

Mas, falando em segurança, Deputado Alborghetti, Ponta Grossa tem algumas coisas importantes na segurança que deram certo e que a gente estranhou até que esses fatos aconteceram no último ano com a entrada do Comandante, do Coronel Arantes; a Polícia Militar de Ponta Grossa deu um passo importante para melhorar a segurança do bairro. Mas, deu como?

1º - Ele criou um trabalho de reativação de alguns módulos, módulos que estavam parados, outros ainda estão sendo reativados, e colocou um trabalho que eu não sei se Curitiba faz, se Londrina faz, mas que Ponta Grossa faz, em que as motos trabalham em conjunto com os policiais que andam trabalhando nos bairros, a pé, em conjunto diretamente com essa polícia militar através das motos e das viaturas que andam girando nos bairros.

Não sei, com toda sinceridade de que forma o Comandante adotou essa tática, mas o número e o Deputado Péricles que está aqui pode até nos dizer, o Deputado Zuk também, que a segurança em Ponta Grossa melhorou bastante. Ponta Grossa tem sido uma Cidade calma, se levamos em consideração os níveis anteriores é uma cidade que melhorou. E a grande importância vem da Polícia Militar e da Polícia Civil que também vêm desempenhando um grande trabalho em Ponta Grossa, hoje.

Ponta Grossa, hoje, é uma cidade calma, se olharmos os números de habitantes de Ponta Grossa, nós chegamos a satisfação de dizer que passamos uma semana sem o roubo de um carro em Ponta Grossa, sem o furto de um carro.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Então, graças a Polícia Militar e graças a Polícia Civil.

O SR. JOCELITO CANTO - Exatamente.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Graças ao Governo do meu Estado.

O SR. JOCELITO CANTO - Não, o Governo neste ponto, Deputado Alborghetti, temos que ser justos, não podemos ser desleais. Nós temos que criticar as coisas certas e as coisas erradas. O Governo tem coisa que dá certo em Londrina e dá errado em Ponta Grossa; tem coisa que dá certo em Ponta Grossa e dá errado em Londrina, dá errado na capital do Estado. Mas a segurança, a Polícia Militar de Ponta Grossa nos últimos

tempos tem atendido bem e eu como disse aos senhores que também sou carrapicho da polícia, que hoje já não durmo mais, mas dormi muitas vezes, na Polícia Civil, no Plantão, para acompanhar os acontecimentos, sabemos que as ocorrências eram muitas, antes da entrada desse novo Coronel da Polícia Militar. Depois que o Coronel Arantes assumiu a Polícia Militar de Ponta Grossa várias coisas aconteceram e com isto diminuiu até o número de criminalidade na cidade. Isto deve-se a rigidez, o trabalho forte deste Coronel, que é um Coronel que veio aqui da capital e que foi para Ponta Grossa e teve a liberdade de fazer, entendo eu, aquilo que ele achou que deveria fazer, mas tem algo importante, que funciona em Ponta Grossa que é o Conselho Comunitário de Segurança que tem apoiado e feito em muitos momentos, reformas em viaturas, Deputado Alborghetti, que era obrigação do Estado; o Conselho Comunitário tem feito verdadeiras coisas lindas em Ponta Grossa, como a segurança em Ponta Grossa. Tem também o IML, o Instituto Médico Legal, hoje que é um exemplo para o Paraná, o IML de Ponta Grossa. Você chega lá; aqui em Curitiba eu sofro para liberar algum corpo que é de algum familiar de Ponta Grossa que morreu aqui atropelado ou assassinado e tem vínculo com Ponta Grossa, tenho sofrido para liberar o corpo aqui; precisa disto, daquilo, demora para ser liberado. Em Ponta Grossa é diferente. Em Ponta Grossa tudo é feito com muita rapidez. O Chefe do IML é uma pessoa que foi lá colocada, não por ter sido indicação minha; Mas é uma pessoa que adora o trabalho, que ama o trabalho. Quando uma pessoa entra duas horas da madrugada, ele vai lá libera o corpo imediatamente para que a família pare de sofrer.

Então, tenho que defender esta postura de segurança de Ponta Grossa que vai bem. Nós queremos melhorar muito mais como Prefeito Municipal de Ponta Grossa, nós vamos melhorar mais, nós vamos melhorar ainda mais a segurança, porque Ponta Grossa, eu posso dizer com toda certeza hoje...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Só me permita, Ponta Grossa, segundo o Palácio, está incluída dentro do programa novo que o meu Governador lançou.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito bem, fico feliz que em Ponta Grossa, pelo menos alguma coisa esteja dando certo, pelo menos a segurança.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado Jocelito, acompanhei os diversos pronunciamentos sobre a questão de segurança e se nós formos fazer uma análise do que foi feito na segurança do Governo Jaime Lerner é importantíssimo ressaltar alguns episódios que ocorreram na segurança do Paraná. Estive agora na campanha eleitoral visitando o Município de Guaíra, que é um município lindeiro, e que aquela região sofre com os furtos de equipamentos agrícolas e tratores agrícolas. Visitei o efetivo da Polícia Militar, aonde o Governo do Estado implantou um programa específico para aquela região, aonde conseguiu diminuir o furto de equipamentos agrícolas, como exemplo, tratores, em 85% em apenas um ano. Então, quer dizer, em tudo está se querendo criar uma catástrofe na segurança do Paraná, é verdade. Nós temos que reconhecer que está se investindo muito em equipamentos, em treinamento, em aumento de efetivo. Nós que temos conhecimento do Paraná inteiro e como este depoimento que V.Exa. fez sobre Ponta Grossa, que é importante neste momento, a este depoimento que eu faço sobre o município de Guaíra, onde conseguimos, nos municípios lindeiros, diminuir em 85% os furtos de equipamentos agrícolas; isto é fantástico. Me lembro muito bem, que o Governo anterior

fez diversas tentativas para obstruir estes furtos de equipamentos agrícolas e não conseguiu, e agora o Secretário Cândido Martins de Oliveira, com ação efetiva, dura e com muito trabalho fez com que isto acontecesse no Município de Gualra, enfim em todos os municípios lindeiros daquela região do Estado do Paraná.

Então, quero deixar aqui, naturalmente, e vou levar esta preocupação que os Senhores Deputados colocaram aqui ao Secretário de Segurança e ao Governador Jaime Lerner, mas nós temos que reconhecer que está se dando passos efetivos, largos para melhorar a segurança do Estado do Paraná, no Governo Jaime Lerner.

O Sr. Ricardo Chab - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento) - Quero só alertar ao Líder do Governo, Deputado Rossoni, que na verdade, o que nós estamos colocando é isso. O que nós queremos, é que a coisa aconteça imediatamente, porque é o que nós estamos precisando. Quando a população começa a levar às mãos do seu representante, abaixo-assinado e abaixo-assinado, pedindo segurança, é que a situação é realmente crítica.

Hoje, à noite, por exemplo, vou participar de uma reunião com líderes da região Sul da Cidade: pessoas do bairro, pequenos comerciantes. Por quê? Porque na quinta-feira, pela manhã, às sete horas da manhã, um padeiro, ao abrir a sua panificadora, foi assassinado com cinco tiros. Cinco tiros, Deputado Rossoni e num local que está totalmente desprotegido. As próprias autoridades reconhecem isso. O próprio secretário sabe disso.

Tanto que ele foi lá, no bairro, e falou que vai acontecer lá, o 13º Distrito Policial, na Região Sul.

Foi assinado um convênio, inclusive, aqui, e pedimos à Assembleia Legislativa, que estabelecesse um convênio. Que a COHAB, realmente doasse terreno para a Polícia Militar, para se erguer um quartel, ali, na região.

É claro, concordo com o Deputado Rossoni, que as coisas estão acontecendo. Mas só, que nós não podemos ver a coisa acontecer, porque essa conta, Deputado Rossoni, é uma conta muito cara para que a gente pagar. É uma conta que o pai de família, um comerciante, paga com a vida.

Se o exemplo de Ponta Grossa é bonito para nós, que se coloque em prática aqui. Nós não estamos tecendo críticas. Nós queremos só que a coisa seja mais ágil.

Quero aqui fazer das minhas palavras o que disse o Deputado Alborghetti, que colocou com muita clareza.

Não posso mais permitir, nem como Deputado e nem como contribuinte, que o serviço burocrático da PM seja feito por um capitão ou por um tenente. O Governo investiu neste pessoal. Agora, o que faz um capitão, que custou durante muitos anos para os cofres públicos: fica fazendo soninho atrás da mesa, continua. Ora, para saber se você tem que usar a farda assim ou "assado". Se o soldado está com o cabelo mal cortado ou não. Este homem tem que estar na rua.

Então, se este exemplo de Ponta Grossa é bom, que se coloque em prática, aqui, em Curitiba, imediatamente. Que essa determinação, Deputado Rossoni, é um pedido aqui, do Deputado, parta do gabinete do Governador. Porque as coisas não estão andando. Tem linha interrompida. Não chega no final e não chegando no final, a comunidade está se sentindo desprotegida, o que é pior.

É um apelo que estou fazendo. É um pedido que faço, em nome de uma família que conheci, de um pai de família, que foi assassinado.

Muito obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni - Só para complementar, quero dizer ao Deputado, que levarei essa posição

ao Governador. E, também, em muitos pontos, concordo com Vossa Excelência, porque temos conhecimento, em algumas questões, que existe um caminho obstruído e, que isso não está acontecendo.

Então, o que queremos, e este debate é importante, neste momento, é que todos dêem a sua contribuição para que realmente funcione. E o Secretário Cândido Martins de Oliveira tem feito um esforço muito grande, inclusive, com a participação da sociedade, com os conselhos de segurança. Porque acreditamos que a melhora da segurança, também vai passar pela participação da própria população. Isso, em todos os setores da sociedade. Mas na segurança, também é muito importante.

Levo essas posições de Vossas Excelências como uma contribuição, para melhorarmos as ações da segurança do Estado do Paraná.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Rossoni, não é crítica, por exemplo, do Deputado Alborghetti, porque pertence à Bancada do meu Governo. Não cuspo no prato em que como.

Acompanho a área de segurança. É uma contribuição, que o Deputado Chab, nesta reunião, neste congresso, que foi participado na Assembleia, minha. O serviço burocrático, por exemplo, que o Deputado Chab falou, não pode continuar. O diretor da Polícia Civil, não pode continuar agradando a três, quatro Deputados. Isso, vou falar com o meu Governador.

Acho que o diretor da Polícia Civil tem que ser mais enérgico, e fazer uma ciranda, trocar todos os delegados de polícia, para que não haja um círculo vicioso, nestas delegacias de cidades de grande porte.

A minha preocupação, como homem do Governo, é que o meu Governador lançou recentemente - não vamos falar, aqui, mentiras, gente - um programa muito sério. Estava lá. O maior programa de segurança, que o Paraná já viu, foi lançado pelo Governador Jaime Lerner. Mas também não atende a todos os municípios do Paraná. Atendeu Gualra. Gualra deu o maior trabalho no combate a roubo de tratores, aquilo que não está acontecendo na divisa com a Bolívia, com Mato Grosso. Mato Grosso não está conseguindo - que ouve agora, segundo a Globo, o SBT, a Recorde, a Manchete, todas as televisões mostraram agora a barreira dos brasileiros, que fizeram no Estado do Mato Grosso com a divisa, lá em cima, no roubo de tratores. Já no Paraná está diminuindo, agora o que temos que ter no Paraná, a reativação dos módulos policiais como disse o Deputado Chab, temos que reativar os módulos policiais.

O Governador me disse uma vez que o sonho dele inclusive está dentro do programa de Governo dele - quando ele saiu candidato a Governador, tenho arquivado, que era a reativação dos módulos policiais. Então, o que estamos usando aqui é uma contribuição, se tivermos, por exemplo, como disse o Deputado Jocelito, um módulo policial em cada bairro da cidade com boas viaturas, bons policiais, bons armamentos, o que acontece, Deputado Rossoni? Dá segurança para a família do bairro.

E se fizermos como o Deputado Jocelito está dizendo, damos substâncias, divulgamos cada vez mais os Conselhos Comunitários de Segurança, divulgar, injetar, trazê-los ao Palácio, o Governador conversar com eles, dizer: "olha, vamos ajudá-los". Então, vai o Deputado Rossoni, vou eu, vai o Deputado Chab, vamos injetar os Conselhos Comunitários de Segurança. Tenho certeza que alguma coisa vai mudar na área de Segurança, já está mudando, mas tem muita burocracia entravada. E quero dizer aqui, não é o Secretário de Segurança que está fazendo isso, é o Governador do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, cedo o Horário do PDT se o ilustre Deputado Jocelito assim o quiser, porque o seu Horário está esgotado.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado, Deputado Rossoni, vou encerrar.

Só gostaria de deixar bem claro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Segurança Pública em Ponta Grossa mais um dado, Deputado Alborghetti - por incrível que pareça, o Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa, arrecadando apenas 500 mil ao mês no FUMEBOM(?), tem hoje uma das maiores estruturas do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná hoje, e o melhor Quartel do Paraná é na Cidade de Ponta Grossa, enquanto que Londrina arrecada um e meio, Maringá parece que é isso também, e apesar da nossa baixa arrecadação temos um grande Corpo de Bombeiros com grandes equipamentos em Ponta Grossa.

Então, não se trata de querer dizer que não está certo, isso ou aquilo, mas digo que eu, como radialista, que acompanho diariamente a ciranda policial do dia a dia, tenho sentido que diminuiu os problemas de segurança em Ponta Grossa, mas diminuiu por um trabalho feito, primeiro pela Polícia Militar ao Policial Civil. Me parece que o resultado veio rápido, e vejam os Senhores, que hoje a cidade de Ponta Grossa pode ser exemplo sim. Se as estatísticas policiais feitas no Paraná e até no Brasil forem comparadas, Ponta Grossa é uma Cidade que poucas coisas ocorrem, porque a Polícia Civil trabalha com austeridade, a Polícia Civil faz operação seguida nos bairros com maiores dificuldades, onde se proliferam os maiores malandros, e a Polícia Militar faz um trabalho como quer o Deputado Alborghetti, como quer o Deputado Chab; está na rua constantemente.

Se você sair em Ponta Grossa, já que não dá para comparar Ponta Grossa com Curitiba, mas se pegarmos uma Avenida como referência garanto que Ponta Grossa, na mesma extensão que disse o Deputado Alborghetti, você vai encontrar pelo menos 5 policiais na Avenida, tanto no trânsito como na Polícia, cuidando e zelando da cidade.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Só para ilustrar.

Tenho dados no meu Gabinete, e tenho hábito de arquivar tudo sobre segurança. E hoje arqueei e mandei buscar no meu Gabinete. (Lê):

"A criminalidade Americana caiu em torno de 60% este ano. O Governo Clinton, investiu cerca de 2 bilhões de dólares na Lei anti-crime.

Em Nova Iorque, a municipalidade, o município - o Senhor que vai ser Prefeito, veja bem, o Prefeito de Nova Iorque criou - uma idéia a Vossa Excelência - Canchas Esportivas com campeonato de Basquete, Vôlei, com contratação de professores de Educação Física, para contratação de professores de Educação Física, para jovens das áreas mais críticas, para que praticassem esportes nos horários em que eles estariam se embriagando, se drogando e assaltando. Foi triplicado as escolas públicas, e o prefeito com a ajuda do Governo, deu forças aos Distritos Policiais com equipamento e pessoal, com cobrança mensal do delegado distrital. Foi criado uma eleição, cada bairro tem um delegado distrital agora, por exemplo, o bairro do Boqueirão tem um delegado, ele é o delegado do distrito, mas tem um delegado que comanda a comunidade e está dando certo.

Só para finalizar gostaria de dizer aos Deputados aqui, Deputado Chab, Deputado Romanelli, se não tiver um nome, gostaria de ser o futuro Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Deputado Alborghetti, tenha a certeza que terá o meu apoio se for o Secretário.

O Sr. Ricardo Chab (Aparte) - A conotação feita do aparte do Deputado Alborghetti nos faz prever que vamos ter mudanças na Secretaria de Segurança Pública.

O SR. JOCELITO CANTO - Para encerrar a minha participação, gostaria de deixar registrado esses dados da segurança, para até fazer justiça aos homens da Polícia Militar que apesar de não ganharem o suficiente, eles trabalham com dedicação e muito esforço em Ponta Grossa, e é por isso que a segurança vem dando certo no Município de Ponta Grossa com apoio do Conselho Municipal de Segurança e que no nosso Governo Municipal a partir de Janeiro, vamos apoiar mais, vamos ajudar mais, para que haja muito mais segurança em Ponta Grossa.

Para finalizar Sr. Presidente, se a segurança vai bem em Ponta Grossa, precisamos melhorar o turismo que não vai bem, e fizemos um projeto na campanha, o Deputado Péricles está aqui e V.Exa. também, que acompanhou o horário gratuito sabe que vamos precisar do apoio do Governo do Estado, para fazermos de Ponta Grossa a segunda verdadeira cidade turística do Estado do Paraná, o segundo pólo turístico, é a fábrica sem chaminé que dá lucros e dividendos para a cidade, e é para isso que no dia de hoje uma equipe técnica, já do nosso governo, está fazendo um levantamento em Vila Velha, para que possamos já na próxima semana, antes mesmo de tomar posse, apresentar ao Governo do Estado uma proposta em que o Governo será o nosso parceiro, para que possamos lá em Vila Velha criarmos um grande trabalho de divulgar Vila Velha para o País e para o Paraná, e que vai ter um espetáculo que estamos chamando "Som e Luz", que só existe no Rio Grande do Sul, em que vamos contar a história de Vila Velha através de um grande espetáculo noturno, que vai acontecer em Ponta Grossa, a partir de janeiro com a ajuda do Governo do Estado, porque sei, o Governador gosta muito disso, desse tipo de atrações e que vamos fazer. Vamos criar um espetáculo de Luz e Som, divulgando a lenda e a história de Vila Velha para que Vila Velha possa ser a grande cidade de pedras do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Prefeito Mario Lanziani, de Terra Rica, acompanhado dos Vereadores eleitos Sebastião de Lúcio Milani e Manoel Leite de Moraes, ambos do PDT e ainda do Senhor Rubens Pazinasso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e associado com a mesa Executiva, as ilustres presenças.

Não havendo nenhum orador no Horário das Lideranças, passamos a Ordem do Dia.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência à presente sessão Plenária. Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual - APADEVI, com sede e foro no Município de Ponta Grossa e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Adélia Rossi Amaldi, Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro no Município de Paranavai. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que declara de Utilidade Pública Estadual a ASPIC - Associação Social da Paróquia Imaculada Conceição, em Ponta Grossa, Estado do Paraná, com sede e foro neste Município. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/96, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo que declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesões de Medianeira com sede e foro no Município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1085 de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takaiama, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1086, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1087, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de questionar se esta Casa já recebeu o Orçamento relativo a 1997? Seria interessante se a Mesa Executiva pudesse encaminhar o mais breve possível para os Deputados para que pudéssemos fazer a análise, uma vez que já o ano passado foi prometido que viria em disquetes, parece que não é a realidade de novo, e a análise vai ser de novo complicadíssima, e para que a gente não repita a vergonha do ano passado de ter destinado à Região Metropolitana de Curitiba 56% do Orçamento sem questionar. Então, gostaria de pedir à Mesa, se fosse possível, interceder junto ao Presidente da Comissão de Orçamento Deputado Durval Amaral para que ele encaminhasse o mais breve possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificada. E, estaremos em contato através do Departamento Legislativo da Mesa com o Presidente do Orçamento a esse requerimento que é seu, é nosso e de todos os Senhores Parlamentares.

Requerimento nº 1101, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Senhores Deputados Neivo Beraldin, Angelo Vanhoni, Renato Adur, Péricles Mello e Geraldo Cartário, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Apenas para lembrar a Casa e a Presidência de

que antes do recesso eleitoral desta Casa, discutimos um mesmo Requerimento desta Casa, não lembro se era, de autoria do próprio Deputado Luiz Claudio Romanelli. E naquele momento, fizemos um entendimento de que o Secretário viria a Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos, na Comissão de Educação da Assembléia. O Secretário não veio até hoje, porque evidentemente, a Casa estava fechada, estava parada, mas está a disposição, para vir a Comissão de Educação e prestar os devidos esclarecimentos. Vencido este período da Comissão de Educação, se não houver ainda o devido entendimento, aí sim, poderá na sequência, vir ao Plenário prestar esclarecimentos. O Secretário não se nega a vir a Casa, na Comissão de Educação para prestar todo o tipo de esclarecimento. Não apenas a respeito do assunto que levanta o Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli. Gostaria apenas que fosse respeitada, a decisão anteriormente tomada por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Palavra ao ilustre autor do Requerimento, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Deputado Algaci Túlio, a presença já houve na Comissão de Educação, do Diretor Geral da Secretaria do Estado da Educação. Não vejo outra alternativa senão, obviamente, por convocação ou por livre e espontânea vontade, da presença nesta Casa do Secretário, em Plenário para prestar os esclarecimentos. E mais do que isso, uma ampla discussão com a sociedade organizada. Acho que é indispensável esta questão, até porque a gravidade do fato é extremamente importante. Nós já discutimos aqui nesta Sessão. O Deputado Algaci Túlio não estava presente, mas deveria estar em seu gabinete, deve ter ouvido a discussão. É seguramente Deputado Algaci Túlio um fato de ampla repercussão social as decisões que estão sendo tomadas pelo Secretário Ramiro Wahrhaftig. Por isso, que acho indispensável a sua presença em Plenário, para que todos os Deputados. Não apenas os membros da Comissão de Educação, possam discutir amplamente, essa questão, vindo aqui, inclusive, também, o Conselho Estadual de Educação, junto com a APP e com todas as Entidades possamos fazer uma ampla discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente,

fui citado pelo Deputado Romanelli, que eu estava em meu gabinete e certamente estava ouvindo as discussões. Quero dizer que acabei de vir de uma audiência na 12ª Vara Civil do Estado, onde estou sendo processado pela Juíza da Comarca de Guaratuba, que deseja uma indenização de 1 milhão de reais, que seja 1 milhão de dólares. Então quero dizer a V.Exa. que eu estava nesta audiência pública. E já faço aqui um apelo público, aos meus companheiros, que possam me ajudar, porque não vai ser fácil. Se eu perder esta empreitada,

levantar 1 milhão de Dólares, para dar como indenização a julza de Guaratuba. Lamentavelmente, em consequência daquela tragédia que vitimou 3 pessoas lá no Teleférico de Matinhos. Tenho certeza que fiz com a minha consciência, as críticas necessárias e portanto, me sujei to até as penas da Lei.

Mas quero mais uma vez repetir, que o Secretário da Educação, está a disposição me lembra até a Assessoria, inclusive, de que na ocasião aguardou-se a chegada, o retorno do Deputado Péricles que é o Presidente da Comissão de Educação, para que convocasse o Secretário, afirm de que ele viesse depôr na Comissão de Educação. Apelo para que seja respeitado o Requerimento anterior Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para discutir, adiado na forma regimental, conforme entendimento entre o autor Romanelli e os Deputados Algaci Túlio e Péricles Mello, que é o nosso presidente da Comissão.

Requerimento nº 1098, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Geraldo Cartário, constante do expediente. - Em Discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) -

Quería fazer um apelo ao Deputado Algaci Túlio e o Deputado Valdir Rossoni, vou entrar com um requerimento para saber o nome da pessoa que fez a avenida. Estou recebendo muitos fax. Foi feita uma avenida contramão na praia de Matinhos. Ficou lindo, só que só tem uma pista. Só vai para lá e não volta. Tem que ir e voltar, peio amor de Deus. Alguém está querendo destruir as praias do Paraná! Vão sair agora as duas pistas para Santa Catarina.

O SR. ALGACI TÚLIO - Se me permite, Deputado, a

Avenida beira-mar é uma das obras extraordinárias no litoral, porque a praia não foi feita para veículos, foi feita para a pessoa transitar, para fazer o seu "cooper", passear com a família e não para o rondo, buzinas e "rachas" de "filhinhos de papaí" que vão a Caiobá, mas ela tem retorno sim, ela retorna nas duas ruas paralelas abaixo. É uma coisa natural, mas acho engraçado que tudo isso não foi levantado antes das eleições, porque era o momento da discussão do processo.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Gostaria

de ficar solidário com o Deputado Algaci Túlio, porque as críticas que o mesmo fez à julza de Guaratuba eu fiz também. Não sei como não terei que pagar um milhão de dólares mas eu sou solidário ao Deputado, porque sou representante de Matinhos e realmente foi precipitação por parte da julza ao conceder o alvará à tragédia causada pelo Teleférico. É uma das coisas que queríamos levar ao conhecimento da Casa e do Deputado Algaci Túlio.

Gostaria que, considerando o pedido do Deputado Irineu Colombo, com respeito ao orçamento e já deveria ter chegado aos gabinetes, gostaria se V.Exa. pudesse facilitar, se alguma emenda apresentada pelo Deputados, se foi contemplada, se transformou em execução por parte do governador, porque há uma preocupação muito grande aqui com todas as emendas que os deputados querem apresentar, encaminham aos seus municípios, o prefeito tem um relatório, e passa o ano e não tem emenda nenhuma contemplada. Pelo menos foi o que aconteceu comigo.

Gostaria que os Deputados levassem isso em consideração. Não adianta ficarmos fazendo papel de bobos

quando o governo, por antecipação, exclui qualquer participação dos Deputados, inclusive da Bancada do PDT.

Era esse o pedido que gostaríamos de fazer e com respeito à beira-mar, o líder do governo pediu para discutir, realmente está havendo uma deturpação, está havendo uma força estranha dentro do município, está se ferindo a autonomia do município, não se respeitam as autoridades locais, uns técnicos que não têm a mínima capacidade de levantar as questões do litoral foram colocadas em prejuízo, porque a Avenida Atlântica é o que existe de mais importante em Caiobá e ela foi simplesmente transformada numa rua onde numa parte foi feita ciclovia, e as crianças, de patins ou de bicicleta ao caírem e sempre caem, poderiam cair do lado da areia que não haveria problema nenhum. Ao cair, caem precisamente na rua. Qualquer carro ali poderá esmagar qualquer pessoa.

Então o governo do Estado será responsável por todos os acidentes e mortes que vão acontecer - Deus queria que não, no litoral. Isso vamos discutir amanhã.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) -

Quería apenas dizer ao Deputado Algaci Túlio que naquela tribuna ali eu alertei esta Casa sobre o projeto que o governo do Estado estava fazendo para a Avenida Atlântica. Sábado passado desci ao litoral, tenho uma pequena casa no Balneário de Betaras com aquela magnífica Av. Beira Mar, que o Governador Alvaro Dias construiu, e eu não tenho grandes problemas para chegar até Caiobá, mas o projeto que foi feito em Matinhos, para Caiobá, não contempla com exceção da Av. Maringá, - o retorno. Por isso se V.Exa. sair com seu automóvel e não retornar até a Av. Maringá não tem como ir até o Município de Matinhos. Mas, por incrível que pareça Exa., esta é uma questão menor. Porque havia uma ciclovia que o Prefeito Chiquinho que ganhou as eleições, construiu quando era prefeito de Matinhos, e agora se fez aquela calçada de uma imbecilidade total. Por quê? Porque plantaram árvores em dois pontos onde cada buraco tem um metro de largura. Então o espaço para o pedestre ficou menor do que era. E hoje se construiu na Beira Mar, inclusive, como na Av. Atlântica, a ciclovia no mesmo nível do pedestre. E se o sujeito que está com patins cair, cai na rua. E, diga-se de passagem, para consertar aquilo ali, na verdade, só se destruir completamente o calçamento que foi feito. Acho que é um mal irreparável que já está feito e só será modificado com um grande prejuízo para os cofres públicos, porque vai ficar congestionado.

Eu, graças a Deus, não uso sempre aquele sistema viário ali, mas que é uma judiação para o nosso Balneário de Matinhos e Caiobá. E graças a Deus, a partir do dia 1º de janeiro de 97, nenhuma intervenção autoritária vai ser feita naquele município porque o Prefeito de Matinhos - Francisco dos Santos, é um Prefeito que seguramente saberá ouvir toda a comunidade antes de permitir a execução de uma obra que possa alterar tanto os meios e fundamentalmente até a cultura, a tradição das pessoas que frequentam o Balneário. Creio o seguinte: que esses técnicos do Governo, esses que nas pranchetas ficam brincando com a vida de todas as pessoas sem levar em conta a nossa tradição, a nossa cultura, seguramente deve se subordinar ao interesse da comunidade. Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Quero deixar

claro ao Deputado Romanelli que não concordo com ele de forma nenhuma quanto as considerações do Projeto em Caiobá. Porque fiquei uma semana em Caiobá, na última temporada, e vi depoimentos de pessoas de que gostaram das alterações que foram feitas em Caiobá.

Então acho que o Deputado Romanelli procurou mais desfazer de um grande trabalho que está sendo feito na orla marítima do Estado do Paraná. E quanto a posição do Deputado Cartário que já encaminhou seus requerimentos, eu pedi para discutir os requerimentos, porque amanhã, baseado em informações, terei oportunidade de discutí-los.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Mais uma vez, com muita honra fui citado pelo nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, e S. Exa. fala de que não usufrui daquela parte do litoral, V. Exa. discrimina o litoral, eu vejo o litoral num todo, desde a Barra do Saí até a Ilha do Mel.

Mas eu queria dizer a V. Exa., que de vez em quando V. Exa. está com sua moto lá envenenada, dando uns ferros lá na beira mar em Matinhos, coisa que eu não faço porque eu não tenho moto, não tenho mais jeito para isso. Deve ser essa a sua reivindicação principal, de não poder aparecer ferrando lá o seu motor envenenado da sua moto.

Mas eu queria dizer, que talvez técnicos inteligentes Sr. Presidente, formados talvez não sei aonde foram aqueles que fizeram à beira mar de Matinhos até a Praia de Leste, que brincaram com a natureza, não tiveram a devida capacidade, causaram ao Estado do Paraná um prejuízo enorme para a recuperação. Brincaram com a natureza, não tiveram o devido cuidado, fizeram uma estrada, uma rodovia, em cima da areia, invadindo o direito do mar de ir e vir, isso que é mais grave, não tiveram o devido cuidado de ver o direito do mar de ir e vir. E lá está o resultado. O mar comeu a metade da rodovia, feita em governos anteriores, por incapacidade, aliás uma rodovia que tem 20 e tantas lombadas no seu pequeno percurso, talvez de 19, 20 km. Se estão para discutir aqui capacidade de técnicos, então acho que todos eles estão reprovados, todos devem estar quem sabe reprovados, porque está lá o prejuízo. A beira mar de Caiobá, o espaço na praia, tem que ser para o pedestre, para a família, para a criança, para ela poder usufruir, não para que se vá lá desfilar de automóvel e de moto. Tenho a minha bicicleta e quando vou lá pedalar me sinto muito bem naquela ciclovia.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - V. Exa. tem um apartamento belíssimo no Balneário de Caiobá.

O SR. ALGACI TÚLIO - Absolutamente, o meu é uma casa modesta nos fundos do terreno invadido do meu sogro. Também não tenho nada contra quem tem, Governadores, ex-Governadores que têm apartamento de cobertura na Praia de Caiobá, é um direito de cada um, o Deputado Alborghetti certamente tem seu apartamento, é um direito que ele tem, tem dinheiro, paga, compra, mora e fim de papo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Outros Governadores têm apartamento em Paris também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela ordem concedo a palavra primeiro ao Deputado Geraldo Cartário em seguida V. Exa. Deputado Jocelito Canto.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é só uma questão de deixar as coisas bem colocadas é a maior injustiça que o Deputado Algaci Túlio faz com respeito à rodovia ou seja, a marginal que saiu ligando de Matinhos até a Praia de Leste, porque foi feito pelo Governo Álvaro Dias e realmente até aquela data praticamente aqueles terrenos não eram valorizados, poucas construções existiam e hoje diversos edifí-

cios estão construídos, foi uma obra das maiores reivindicações feitas pelo povo ali daquela região e que foi contemplada pelo Governo Álvaro Dias.

Da mesma forma, seria uma injustiça tão grande, se não lembrássemos aqui, que o grande incentivador do litoral foi o Governador José Richa e depois o João Elísio, quando fizeram Alexandra a Matinhos, está aí o Deputado Alborghetti que sabe da dificuldade que era para dar aquelas voltas pela Praia de Leste. E ainda gostaríamos de lembrar aqui a grande obra que foi feita, tanto é que o Pontal, que o Deputado Algaci Túlio apresentou aqui e que hoje é município, já tem o seu Prefeito eleito, foi graças também ao serviço da SANEPAR, no Governo anterior, que levou água encanada a todo o litoral do nosso Estado do Paraná. Então não vamos aqui criticar o que foi feito.

Agora, Deputado Algaci Túlio, amanhã estou apresentando um pedido de informação, aquela parte que V. Exa. falou que a ressaca estragou, segundo técnicos meus já levantados, engenheiros, dizem que aquela obra não poderia custar mais que trezentos mil reais e no entanto, o Governo contratou e já pagou, sem licitação, sem concorrência pública, no valor de 1 milhão e sessenta e sete mil reais, mas isso nós vamos discutir e abordar amanhã, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para que não haja tanta confusão no Plenário, eu gostaria de fazer uma sugestão, que o nosso Eminentíssimo Governador do Estado, a partir de janeiro, mandasse esses recursos para Ponta Grossa, nós vamos fazer obra lá sem briga e sem confusão nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento nº 1097, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Geraldo Cartário, constante do expediente. - Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1088, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1091, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1092 e 1094, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1093, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1095, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1096, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1099 e 1100, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1103, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1104 e 1105, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente.

- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado a

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 232, 297, 375 e 408/96.

Levanta-se a sessão.